

GERSON JUVENAL GABARDO

**INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS NO BRASIL:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1990**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado

**CURITIBA
2005**

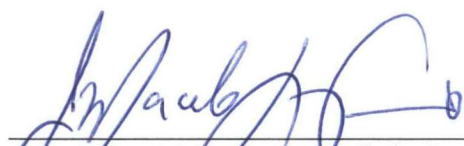
TERMO DE APROVAÇÃO

GERSON JUVENAL GABARDO

INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS NO BRASIL:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1990

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Marcio José Vargas da Cruz
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 28 de Novembro de 2005

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	iv
LISTA DE TABELAS	v
RESUMO	vi
1 INTRODUÇÃO	01
2 ASPECTOS TEÓRICOS	03
2.1 INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO.....	03
2.2 BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	04
2.3 TEORIAS DOS INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS.....	05
2.3.1 Teorias Clássicas.....	05
2.3.2 Teoria do Ciclo do Produto.....	06
2.3.3 Teoria da Moeda Preferencial.....	07
2.3.4 Teoria do <i>Portfólio</i> Aplicada ao Investimento Direto Externo.....	07
2.3.5 Teoria da Vantagem Monopolista.....	08
2.3.6 Teoria da Internalização: Contribuição dos Custos de Transação.....	09
2.3.7 O Paradigma Eclético de Dunning.....	10
3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULTINACIONAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA	14
3.1 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL NA DÉCADA DE 1970.....	14
3.2 REORIENTAÇÃO SETORIAL NA DÉCADA DE 1990.....	18
4 INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS NO BRASIL – 1970 E 1990	22
4.1 DÉCADA DE 1970.....	22
4.2 DÉCADA DE 1990.....	28
5 INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS E A EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS NO BRASIL – 1970 E 1990	32
5.1 A DÉCADA DE 1970.....	33
5.1.1 Balança de Pagamentos.....	33
5.1.2 Efeitos dos IDÊs na Balança Pagamentos.....	35

5.2 A DÉCADA DE 1990.....	39
5.2.1 Balança de Pagamentos.....	39
5.2.2 Efeitos dos IDEs na Balança de Pagamentos.....	41
6 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXO.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	BRASIL: IDE – INGRESSOS BRUTOS – 1957-1989.....	23
GRÁFICO 2 -	EVOLUÇÃO DOS FLUXOS DE IDEs – 1989-1999.....	28
GRÁFICO 3 -	<i>ROYALTIES</i> , ASSISTÊNCIA TÉCNICA E LUCROS E DIVIDENDOS.....	38
GRÁFICO 4 -	LUCROS E DIVIDENDOS – ANUAL – BRASIL – 1990- 2000.....	45
GRÁFICO 5 -	<i>ROYALTIES</i> E LICENÇAS – ANUAL – BRASIL – 1990- 2000.....	46

LISTA DE TABELAS

TABELA	1 - BRASIL: ESTIMATIVAS DE DISTRIBUIÇÃO SETORIAL POR ORIGEM DE CAPITAL.....	15
TABELA	2 - BRASIL: POSIÇÃO DOS IDEs POR SETOR.....	16
TABELA	3 - BRASIL: INVESTIMENTOS EXTERNOS: DISTRIBUIÇÃO POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (EXCLUSIVE <i>PORTFÓLIO</i>)-1980-1995....	18
TABELA	4 - BRASIL: IDEs – DISTRIBUIÇÃO POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (EXCLUSIVE <i>PORTFÓLIO</i>) – 1995 – 2000.....	19
TABELA	5 - BRASIL: INVESTIMENTOS DIRETOS – POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO POR SETORES – 1964-1974.....	25
TABELA	6 - BALANÇA DE PAGAMENTOS – BRASIL – 1970-1980	34
TABELA	7 - BRASIL: PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES INDUSTRIAIS POR ORIGEM DO CAPITAL E GÊNERO INDUSTRIAL.....	35
TABELA	8 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MANUFATURADOS – POR SETORES NA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – 1974.....	37
TABELA	9 - BALANÇA DE PAGAMENTOS – BRASIL – 1990-2000..	40
TABELA	10 - SUBSTITUIÇÃO DE PRODUÇÃO POR INSUMOS IMPORTADOS – 1994 – 1996.....	43
TABELA	11 - AUMENTO DA IMPORTAÇÃO DE INSUMOS E COMPONENTES – 1994 – 1996.....	43
TABELA	12 - ORIGEM DAS COMPRAS – MERCADO DOMÉSTICO...	44
TABELA	13 - DESTINO DAS VENDAS – MERCADO DOMÉSTICO....	44
TABELA	14 - REMESSAS AO EXTERIOR POR TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA – 1994 – 2001.....	46

RESUMO

O trabalho faz uma análise da evolução dos investimentos diretos externos no Brasil durante as décadas de 1970 e 1990, quando houve picos desse tipo de investimento em relação às demais décadas do século XX. Para isso, primeiramente analisa-se a presença do capital estrangeiro no Brasil nas duas décadas estudadas, através da atuação das empresas multinacionais, que são os principais canais de investimentos diretos externos, e compara as duas décadas, observando em que setores houve predomínio dessas empresas e dos investimentos, as mudanças estruturais que causaram, sua participação na industrialização do país e os fatores que determinaram o aumento do ingresso desses investimentos. Em um segundo momento, o trabalho avalia o impacto dos investimentos diretos externos nas contas da Balança de Pagamentos do Brasil dos dois períodos, observando a evolução das importações, exportações e remessa de divisas pelas empresas estrangeiras.

Palavras-chave: Investimento direto externo; Multinacionais; Determinantes; Balança de Pagamentos.

1 INTRODUÇÃO

O investimento é um dos pilares do crescimento econômico dos países. Sendo assim, os países podem acelerar o seu crescimento e desenvolvimento econômico através de políticas de incentivo ao investimento, bem como de atração de investimentos externos, mais precisamente dos Investimentos Diretos Externos (IDE), desde que estes sejam bem aplicados. O Investimento Direto Externo gera uma série de efeitos sobre diversas variáveis macroeconômicas dos países receptores. Alguns desses efeitos são: contribuição para o crescimento econômico; acumulação de capital nacional; criação de empregos e efeitos sobre a Balança de Pagamentos. Geralmente estes investimentos vêm acompanhados de pacotes de tecnologia, que podem se difundir entre as empresas locais, provocar a substituição de importação, aumentar a produtividade ou simplesmente ficar retidos dentro das empresas multinacionais, podendo causar o monopólio em algum setor da economia e conseqüentemente a redução da competitividade. Além desse, outros custos sociais podem ocorrer, como por exemplo, desnacionalização da economia com redução da soberania do país anfitrião e aumento das importações.

Os investimentos externos sempre tiveram presença no Brasil. No século XX esses investimentos cresceram a partir da década de 1950, atingindo um pico na década de 1970, caindo a seguir e voltando a crescer na década de 1990, notadamente a partir de 1994, época em que o aumento do investimento estrangeiro alterou a estrutura de propriedade do capital no Brasil. Esses acontecimentos mostram a necessidade de estudos para a compreensão dessas modificações na economia brasileira.

O tamanho e potencial do mercado brasileiro certamente é um dos fatores relevantes para a atração de investimentos, porém é necessário estudar os momentos histórico-políticos que passou o país nos diversos períodos da sua história. Na década de 1970 havia políticas desenvolvimentistas que incentivaram a elevação dos investimentos, em particular, os estrangeiros, com orientação setorial. Na década de 1990, outros fatores foram determinantes para a elevação dos investimentos externos

como, privatizações e desregulamentação de vários setores, ajudados pela conjuntura internacional que favorecia esse tipo de investimento nas economias emergentes.

Tendo em vista esses aspectos, o objetivo deste trabalho é avaliar a evolução dos IDEs nas décadas de 1970 e 1990. Pode-se resumir o objetivo do trabalho em duas questões: Quais foram os fatores que determinaram o aumento do ingresso dos investimentos externos no Brasil nas duas décadas citadas? Quais os impactos desses investimentos sobre a Balança de Pagamentos brasileira nesses dois períodos?

No capítulo 2 desse trabalho serão abordados algumas teorias ou modelos que se propõem a explicar o investimento direto externo. A literatura econômica tem dado crescente importância ao tema, principalmente após a metade do século XX, quando houve aumento substancial do fluxo desses investimentos no mundo e, mais recentemente, devido ao fenômeno chamado de globalização.

O capítulo 3 analisa os setores da economia brasileira nos quais as multinacionais estiveram mais presentes em cada década estudada. A participação na industrialização na década de 1970 e a reorientação que houve na segunda metade da década de 1990.

No capítulo 4 a análise recairá sobre os fatores, externos e internos, que determinaram o aumento de fluxo de investimento direto externo no país que ocorreu nesses dois períodos, respondendo a primeira pergunta proposta.

O capítulo 5 vai focar a análise no comportamento da Balança de Pagamentos do Brasil. A observação da evolução das importações, exportações e remessa de divisas pelas Multinacionais durante as duas décadas, bem como algumas comparações entre estas e as empresa nacionais, vai fornecer subsídios para responder a segunda questão. Finalmente, o capítulo 6 vai apresentar as conclusões acerca do tema.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

Esta seção subdivide-se em três itens. Nos primeiro e segundo itens serão apresentados os conceitos de investimento direto externo e de Balança de Pagamentos respectivamente, e no terceiro item serão expostas as principais teorias que procuram explicar o investimento direto externo.

2.1 INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO

O investimento externo existe sob duas formas, investimentos diretos ou investimentos em *portfólio*. Os Investimentos diretos externos são:

...aqueles que dão ao investidor o controle da empresa onde eles são aplicados. O Fundo Monetário Internacional considera investimento direto aquele em que mais de 50% do capital do empreendimento pertence a estrangeiros, ou mais de 25% pertence a um único investidor estrangeiro, desde que o restante do capital seja distribuído entre inúmeros acionistas nacionais (...) e investimentos indiretos são aqueles em que o investidor estrangeiro não consegue o controle da empresa onde faz sua aplicação. (SILVA, 1981, p. 143).

Para KRUGMAN (2001, p. 175), os investimentos diretos externos são os “fluxos internacionais de capital pelos quais uma empresa em um país cria ou expande uma filial em outro. A característica distintiva do investimento estrangeiro direto é que ele envolve não só uma transferência dos recursos, mas também a aquisição do controle”. Isto é, a filial é parte da mesma estrutura organizacional com a matriz.

Portanto, é um investimento que implica no controle administrativo da capacidade de produção e se efetiva pela transferência de recursos financeiros, tecnologia e outros fatores escassos no país anfitrião, sendo um dos principais canais de fluxos internacionais de capital privado. Embora haja controvérsias quanto à maneira como o controle é exercido ou qual seria o prazo desses investimentos, nesse trabalho será adotado o conceito acima para efeito de coleta de dados e informações, adotando-se também o entendimento de CHESNAIS (1996, p. 56), para quem o IDE é derivado de “... aportes líquidos de capital pelo investidor (sob forma de compra de

ações, conversão de dívidas em ações, aumento do capital ou criação de empresas); empréstimos no circuito matriz-filial; lucros não distribuídos (reinvestidos)”.

O investimento em *portfólio* “envolve somente ativos financeiros, como aquisição de títulos ou ações” (CARVALHO, 1980, p. 217). Este tipo de investimento não implica no controle administrativo da produção e, geralmente, é feito por instituições financeiras à procura de ganhos pelo diferencial das taxas de juros entre os países.

2.2 BALANÇA DE PAGAMENTOS

A Balança de Pagamentos é o registro contábil das transações que ocorrem em um determinado período de tempo entre os residentes de um determinado país e os não residentes, entendendo-se como residentes de um país as pessoas físicas e jurídicas, instituições com ou sem fins lucrativos e entidades governamentais desse país (ROSSETTI, 1991, p. 778). A Balança de Pagamentos é composta por dois grandes itens: a balança de transações correntes (subdividida em balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais) e balança de capitais.

A balança comercial registra as operações de compra e venda de mercadorias (exportações e importações), a balança de serviços refere-se a pagamentos e recebimentos relativos à remuneração de serviços (receitas e despesas realizadas com viagens internacionais, transportes, seguros, pagamentos de juros da dívida externa, remessa de lucros e dividendos, etc.), as transferências unilaterais referem-se ao fluxo de recursos provenientes de pessoas trabalhando fora do país e as doações. A balança de transações correntes (também conhecida como conta corrente) é a soma dos três itens anteriores e mostra a necessidade de recursos que o país terá de buscar no exterior para não perder reservas internacionais. A balança de capitais engloba as transações de caráter financeiro, como investimentos estrangeiros (por exemplo a construção de uma unidade de empresa multinacional ou aquisição de empresas dentro do programa de privatizações), empréstimos e amortizações da dívida externa (LANZANA, 2002, p. 125-126). O saldo entre as contas deve ser sempre zerado, dessa

maneira, se o saldo da balança de transações correntes for negativo, normalmente ocorre quando as importações são maiores que as exportações, o país precisará de recursos para cobrir esse déficit, sendo a balança de capitais a responsável por isso, e uma das formas é com o ingresso de capitais externos (ROSSETTI, 1991, p. 778). Um ponto importante a ser destacado é que as transações entre a matriz e as subsidiárias das multinacionais são consideradas transações internacionais, aportes de capital, lucros e dividendos enviados à matriz, por exemplo, são contabilizadas nos balanços de pagamentos dos países envolvidos.

Se a balança de capitais registrar um saldo (positivo) maior que o saldo (negativo) da balança de transações correntes, diz-se que o país tem um superávit na balança de pagamentos, em caso contrário, haverá um déficit.

Portanto, o equilíbrio da balança de pagamentos e, conseqüentemente o equilíbrio interno, estão diretamente relacionados com entradas de investimentos externos no país e com as políticas econômicas adotadas. Medidas fiscais e monetárias ajustam os níveis de investimento e consumo agregados e políticas cambiais afetam os níveis de importação e exportação.

2.3 TEORIAS DO INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO

A principal maneira de se efetivar um investimento externo é através das empresas transnacionais. Essas empresas tomam sua decisão de internacionalizar a produção levando em conta certos fatores, como as vantagens de localização do país receptor, as vantagens de propriedade derivadas da posse de certos ativos intangíveis (patentes, marcas, tecnologia, etc.), a possibilidade de diversificação da produção, entre outros, como veremos a seguir.

2.3.1 Teorias Clássicas

As teorias clássicas, das Vantagens Absolutas de Smith, das Vantagens Comparativas de Ricardo, e de outros, como Hume e Mill, em linhas gerais, tratam o

capital como uma mercadoria qualquer, sendo seu preço a taxa de juros. Portanto, os movimentos de capital dependem das diferenças de taxas de juros e, ainda, da existência de mercados de capitais internacionais livres e eficientes. A concepção clássica não explica o papel das multinacionais e nada diz sobre os seus investimentos que tenham por finalidade ter o controle administrativo da capacidade de produção, mesmo porque não se supõe mobilidade internacional de fatores. Dessa forma, essas teorias podem dizer mais sobre os investimentos em *portfólio* do que sobre os investimentos diretos externos. (CUTINI, 1981, p. 17).

2.3.2 Teoria do Ciclo do Produto

Segundo esse modelo, desenvolvido por Vernon (apud CUTINI, 1981), o investimento direto externo é consequência de um ciclo de vida do produto. Inicialmente a empresa lança o novo produto para atender as necessidades do mercado interno, na medida que as vendas aumentam e os custos de produção caem, a produção é expandida e canalizada para o mercado externo. Assim, na primeira fase o mercado externo é atingido através das exportações do produto.

A segunda fase inicia-se quando a empresa sente a ameaça da concorrência de produtos similares ou imitações lançadas por empresas domésticas e passa a produzir no mercado local, efetivando o investimento direto. Quando a produção da subsidiária se expande e ocorre a saturação do mercado, o produto passa a ser exportado para outros países e até para o país de origem, esse é o terceiro estágio do ciclo do produto.

Portanto, nesse modelo o investimento direto externo é determinado pela procura de novos mercados e pela preservação dos mesmos. Primeiro as exportações testam a potencialidade do mercado externo e, se comprovada, a empresa transfere a produção para lá, evitando perda de mercado e ou políticas restritivas dos governos locais quanto a sua importação.

Esse modelo sofreu críticas no sentido de que, se os investimentos diretos externos só se realizam nos mercados onde há uma demanda que garanta uma escala

mínima de produção, então não explica os IDEs cuja finalidade é aproveitar as vantagens do local, como mão-de-obra abundante ou incentivos fiscais.

2.3.3 Teoria da Moeda Preferencial

A Teoria da Moeda Preferencial tem um foco diferente das anteriores, pois não deriva da organização industrial. Desenvolvido por Aliber (apud CUTINI, 1981), esse modelo leva em conta as diferenças que existem entre investimento externo e investimento doméstico, pois aquele reflete o movimento de capitais entre áreas alfandegárias e monetárias diferentes no mundo.

O autor faz duas suposições, a primeira que o mundo é unificado em termos monetários e separado em áreas alfandegárias, concluindo que o investimento direto externo se dará dependendo "... do acesso aos mercados, disponibilidade de materiais e preços dos fatores". Para esse caso a tarifa é o fator preponderante, quanto maior a tarifa maior a vantagem de deslocar a produção para o mercado explorado. Na segunda suposição o mundo é separado em áreas monetárias e unificado em áreas alfandegárias, a decisão da empresa de efetuar o investimento externo depende "... do custo de negociar fora e das diferenças de capitalização entre os países, e não do nível da tarifa". Então, o investimento direto externo se explica pelas diferentes taxas de capitalização que existem no mundo, advindas das diferenças no risco de câmbio. Espera-se que o país anfitrião seja aquele que apresenta taxas de capitalização mais baixas se comparadas às do país de origem da empresa investidora.

2.3.4 Teoria do *Portfólio* Aplicada ao Investimento Direto Externo

Desenvolvido por Aggarwall (apud CUTINI, 1981), esse modelo diz que as firmas procuram reduzir o risco e maximizar o retorno em termos de ganhos econômicos globais, diversificando seus investimentos em vários mercados externos. Este seria o determinante dos investimentos diretos externos porque:

- a) Reduz o risco do fluxo de ganhos esperados do seu conjunto global de investimentos;
- b) Aumenta o nível do fluxo de renda esperado;
- c) Muda a combinação total de risco e retorno de suas operações mundiais para uma combinação apropriada que maximiza o valor da empresa multinacional.

Esse modelo tenta mostrar que uma teoria explicativa dos investimentos diretos externos deve abordar conjuntamente elementos de risco, como a instabilidade política e econômica dos países anfitriões, e de retorno, que envolve a organização da firma. Portanto, a análise deve ser feita sobre a maximização do valor econômico tomado globalmente.

2.3.5 Teoria da Vantagem Monopolista

Esta teoria desenvolvida por Hymer (1976) vai além do entendimento de que o movimento internacional de capitais está dentro de uma competição perfeita, pois as empresas multinacionais, por sua natureza, se valem do monopólio ou do oligopólio. O investidor estrangeiro tem vantagens derivadas da tecnologia ou da patente, inacessíveis ao concorrente local, portanto, o pressuposto dessa teoria é que as formas de mercado não são perfeitamente competitivas, e há lugar para a diferenciação de produtos, inovações tecnológicas, etc.

Segundo Hymer (1976) (apud CUTINI, 1981), a vantagem da propriedade de informações pela empresa multinacional pode ser usada: a) para exportar a mercadoria, que é produzida dentro do país, para o mercado desejado; b) para licenciar a patente desse produto a uma empresa local; c) para investir diretamente no país anfitrião, transferindo a produção para o local. A escolha entre essas três alternativas depende de avaliações sobre os custos de transporte e distribuição, economia de escala e barreiras impostas pelos governos do país hospedeiro.

A possibilidade de exportar o produto pode ser descartada quando há barreiras que tornam sua comercialização proibitiva, como tarifas elevadas, sendo que o preço final do produto pode ser elevado também por custos no transporte do produto, seguros, impostos, etc., diminuindo a sua competitividade. O licenciamento da patente pode reduzir os lucros das firmas detentoras da patente, pois o retorno máximo da vantagem proveniente do conhecimento tecnológico está vinculada ao processo de produção. Outra razão para a efetivação do investimento direto decorre do interesse da firma em controlar o mercado alvo. Assim, a empresa, para não perder sua cota de exportação, passa a explorar sua vantagem localmente. O baixo custo para a adaptação do produto às condições locais é outra vantagem do investimento direto, tendo em vista que a matriz já absorveu os custos com a invenção.

Não obstante estas explicações, existem algumas limitações nessa teoria, pois “Em primeiro lugar o autor não desenvolve com maior rigor quais os determinantes da posse de vantagens competitivas” e “Não responde para onde os investimentos deveriam ser dirigidos” (CURADO, 1997, p. 235/236). E ainda, com relação ao licenciamento das vantagens, a Teoria da Internalização ou Contribuição dos Custos de Transação desenvolvida por Coase (1937), como veremos a seguir, pode ser mais explicativa.

2.3.6 Teoria da Internalização: Contribuição dos Custos de Transação.

Essa teoria foi desenvolvida por Coase (1937) e Williamson (1975) (apud CURADO, 1997) e busca explicar a internacionalização da produção através da escolha dos agentes por uma forma que minimize os custos de suas atividades econômicas, se: a) pela via das transações internalizadas das firmas, que acarretam custos de hierarquização, mas oferece vantagens como a transferência de tecnologia para a filial e a integração vertical, ou b) pelas transações via mercado, que além dos custos diretos, incorre em custos adicionais devido a falhas de mercado.

Para KRUGMAN (2001, p. 178), são duas questões a serem colocadas: “primeiro, porque um bem é produzido em dois (ou mais) países diferentes em vez de

um? Isso é conhecido como a questão da localização. Segundo, porque a produção é feita em locais diferentes pela mesma empresa, em vez de empresas separadas? Isso é conhecido como a questão da internalização”. A localização é determinada, basicamente, pelos recursos naturais, pelos custos de transporte (proporcionais à distância geográfica) e outras barreiras ao comércio. A vantagem da internalização é explicada pela facilidade de transferência de conhecimento entre matriz e filial, e também pela relação comercial entre a empresa principal e a subsidiária, esta geralmente fornece insumos àquela, diminuindo problemas de coordenação de demanda e oferta, problemas de preços, entre outros.

Os custos adicionais decorrentes de falhas de mercado ocorrem porque não há competição perfeita no mercado, nem tampouco perfeito conhecimento dos fatores pelos agentes, pois estes têm capacidade limitada, tanto de ter acesso às informações como de armazenar e processar o conhecimento. Dessa forma, a teoria da internalização “... entende ser o movimento de internacionalização produtiva fruto direto destas imperfeições do mercado, ocorrendo a transnacionalização da empresa sempre que o custo de organização de determinada transação econômica via mercado for superior ao custo da internalização” (CURADO, 1997, p. 237). Portanto, não há a necessidade de existirem vantagens monopolistas, como prega Hymer (1976), apenas a condição da minimização dos custos, que leva algumas firmas a produzirem localmente e então exportar, e outras a preferirem atuar diretamente no exterior através de filiais.

2.3.7 O Paradigma Eclético de Dunning.

A proposta de Dunning (1979) (apud CURADO, 1997) no seu paradigma eclético é de uma composição das várias teorias que abordam o assunto, em especial a teoria da internalização e a teoria das vantagens monopolistas. O autor defende a sua metodologia afirmando que, individualmente, nenhuma das abordagens teóricas consegue responder “porque, como e onde” ocorre a internacionalização da produção.

Dunning (1979) compõe a sua análise com três condições, os determinantes OLI – *ownership – locational – internalization*. Assim, as três condições devem ser satisfeitas. A primeira, referente à teoria das vantagens monopolistas de Hymer (1976), afirma que as firmas devem possuir vantagens monopólicas frente às firmas locais. Satisfeita essa condição, a segunda é da internalização da produção, ou seja, “... internalizar essas vantagens através da extensão de suas próprias atividades, antes que externalizar esta vantagem licenciando ou determinando contratos com firmas estrangeiras independentes (custo de transação)” (CURADO, 1997, p. 242). A terceira condição é acrescentada pelo autor, e diz respeito às vantagens de localização específica de cada país receptor. Citando KRUGMAN (2001, p. 178) “A localização da produção é quase sempre determinada pelos recursos. A exploração do alumínio deve ser localizada onde a bauxita está, a fundição do alumínio deve estar próxima de onde a energia é fornecida a baixo custo”. Portanto, se as duas primeiras condições são satisfeitas, a utilização dessa terceira condição em conjunto deverá trazer maiores lucros para a firma.

Entretanto, o próprio Dunning (1990) afirma que não se pode fazer uma generalização, pois as variáveis OLI estão sujeitas a variação no tempo em razão das características específicas de cada firma ou país, o que impossibilita que se tenha esta como uma teoria geral.

Como foi visto, existem várias teorias que procuram explicar o comportamento dos investimentos diretos externos. Cada modelo analisa o tema sob um aspecto diferente e a seu modo consegue identificar os determinantes desses investimentos na visão das firmas, sendo que nem todos são conflitantes. Mas, para que um país receba fluxos de investimento direto externo, ele deve possuir alguns atrativos internos para que essas firmas possam realizar suas vantagens. Entre as vantagens de localização que os países podem oferecer estão o custo e qualidade dos recursos naturais e não naturais (recurso humanos qualificados, infra-estrutura, instituições, etc.) e tamanho e características do mercado. Também influem nas decisões o grau de estabilidade política e econômica do país, o grau de abertura ao capital estrangeiro e as políticas econômicas adotadas de forma geral. Assim, esses

investimentos podem ser orientados pelos recursos naturais, pelo mercado ou por outras formas mais complexas de organização (CHUDNOVISKY, 1999, p. 23).

Para POSSAS (1983, p. 9-23), as multinacionais reorientaram os seus focos de investimento no Brasil no pós-guerra, da exploração de matérias-primas que ocorria no início do século XX, para um setor produtivo diversificado, notadamente o de bens de capital e consumo durável. Sua presença no Brasil está intrinsecamente ligada ao período de industrialização que ocorreu no país a partir da década de 1950. A expansão extraordinária das multinacionais após a metade desse século ocorreu, entre outros fatores, pela chegada ao limite da ampliação de produção e mercado dentro de seus próprios territórios nacionais, ou seja, não só os mercados se internacionalizaram, mas também a produção.

Analisando o capital estrangeiro, Possas conclui que este capital cumpre um papel complementar na economia do país receptor. Primeiro porque ele instala-se somente em alguns setores e não todos, principalmente nos setores industriais avançados e com maiores exigências tecnológicas. Em segundo lugar, o capital estrangeiro não dá início ao crescimento econômico interno, mas sim acompanha o seu ritmo e intensidade, ou seja, depende das flutuações da economia e do crescimento interno do país receptor.

Segundo esse autor, as vantagens das multinacionais estão no “... tamanho das empresas matrizes (envolvendo todos os tipos de economias de escala), as condições financeiras e a disponibilidade de tecnologia, vantagens e técnicas comerciais, e o acesso fácil e privilegiado aos mercados internacionais de matérias-primas e de produtos” (POSSAS, 1983, p. 22/23). Estas vantagens técnicas podem não ser obstáculos intransponíveis a concorrentes locais, mas as características de tamanho condicionadas pela tecnologia dominante podem ocasionar a concentração de mercado em favor do capital estrangeiro. Além disso, há mercados dominados por empresas estrangeiras onde as barreiras à entrada estão na comercialização, marcas, etc., isto é, não são de natureza técnica.

Outra forma das multinacionais expandirem seus mercados e obterem novas fatias de mercado é através da aquisição de firmas locais. “Tanto o tamanho ou

posição de mercado das firmas locais quanto as diretrizes específicas de política econômica podem ter influência decisiva na tendência assumida por este processo de aquisição” (POSSAS, 1983, p. 34).

POSSAS (1983, p. 13) também reconhece que há evidências de que a Teoria do Ciclo do Produto, vista anteriormente, pode ajudar a explicar o ingresso dos investimentos diretos externos no Brasil nesse período. Assim, ao analisar a origem e o destino do IDE no Brasil, POSSAS (1983, p. 9) afirma que “... é importante levar em conta ao mesmo tempo as condições internas e os determinantes externos, assim como os vínculos entre eles”.

Dessa forma, este trabalho procurará analisar o ingresso dos investimentos diretos externos no Brasil nos momentos propostos tendo em mente as teorias das firmas e o contexto histórico-político em que ocorreram, mas principalmente seguindo o pensamento de POSSAS e observar a conexão existente entre os determinantes externos e internos que caracterizaram os IDEs.

3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULTINACIONAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA

As empresas multinacionais sempre tiveram presença histórica importante na economia brasileira, especialmente no período pós-guerra no setor industrial, gerando produção, empregos, contribuindo para a geração e difusão de tecnologia e participando do fluxo comercial com o exterior. Na década de 1990 essa presença também se estendeu para o setor de serviços, como telecomunicações e intermediação financeira. Neste capítulo, subdividido em duas seções, será analisada a presença do capital estrangeiro no Brasil, através da atuação das empresas estrangeiras nas duas décadas estudadas, observando-se os setores em que houve predominância dos investimentos diretos e as mudanças estruturais que causaram, para que se possa chegar a uma conclusão acerca dos seus impactos na economia do país.

3.1 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL NA DÉCADA DE 1970

Na década de 1970 a participação das empresas estrangeiras foi maior nos setores onde havia forte grau de concentração, em razão de vantagens tecnológicas, diferenciação de produto ou consolidação da marca, e entre os exemplos desse setor estão material elétrico, produtos farmacêuticos, autoveículos e fumo. A tabela a seguir explicita como foi a participação das multinacionais nesse período, e é montada levando-se em conta a participação sobre o patrimônio líquido das empresas, sendo que foram utilizados apenas os dados das maiores empresas, na medida em que, como o grupo formado pelas multinacionais é composto sobretudo de empresas de alto faturamento e patrimônio líquido, sua participação nos grupos exclusivamente de maiores empresas tende a ser bem maior.

TABELA 1 - BRASIL: ESTIMATIVAS DE DISTRIBUIÇÃO SETORIAL POR ORIGEM DE CAPITAL – EM %

Setores	1970			1974		
	EMN	EPN	EE	EMN	EPN	EE
Autoveículos	100	0	0	100	0	0
Fumo	99	1	0	99	1	0
Material elétrico	85	15	0	83	17	0
Prod. Farmacêuticos	83	14	3	87	12	1
Mecânica	75	25	0	60	38	2
Borracha	74	26	0	69	24	7
Mater.de transportes	70	27	3	69	27	5
Mater. Elét. E Comunicações	66	34	0	72	28	0
Química	63	17	20	47	23	30
Apar. Dom. Comunicação	55	45	0	65	35	0
Diversos	53	46	0	49	51	0
Não-ferrosos	49	51	0	44	56	0
Prod. Perfumarias	46	54	0	55	45	0
Comércio exterior	46	54	0	52	42	5
Vestuário, calç. e artefatos	44	56	0	41	59	0
Matérias plásticas	38	62	0	48	52	0
Minerais não-metálicos	37	63	0	43	55	2
Autopeças	33	67	0	35	65	0
Têxtil	33	67	0	25	75	0
Prod. Alimentares	32	67	0	25	74	1
Couros e peles	31	69	0	19	81	0
Papel e papelão	25	75	0	24	76	0
Total	25	28	48	22	28	50
Metalurgia	24	27	49	22	345	44
Diversos	17	46	37	12	31	57
Ferro e aço	14	13	73	13	20	67
Bebidas	14	86	0	14	86	0
Serv. Ind. Utilidade pública	13	1	86	12	1	87
Agricultura	12	88	0	3	90	7
Comércio varejista	11	89	0	7	91	2
Armazenagem	11	12	76	10	3	87
Mineração	7	26	67	15	22	63
Madeira	3	97	0	6	94	0
Comunicação	2	1	97	0	0	100
Constr. Civil e engenharia	1	86	13	3	75	22
Mobiliário	0	100	0	0	100	0
Editorial e gráfica	0	100	0	0	100	0
Comércio atacadista	0	97	3	3	97	0
Transportes	0	18	82	1	15	84

FONTE: SEPLAN

NOTAS: Dados trabalhados por NONNENBERG (2003)

EMN = empresa multinacional

EPN = empresa privada nacional

EE = empresa estatal.

Analisando a tabela é possível verificar que a participação das multinacionais é superior a 60 por cento nos nove primeiros setores, onde, como já foi dito, há maior importância de ativos como marcas e tecnologia. No grupo intermediário da tabela estão as indústrias tradicionais, como alimentos, têxtil e vestuário, onde as empresas nacionais já haviam se consolidado antes dessa década e continuaram a manter o domínio. Diferentemente dos nove primeiros setores, os setores deste grupo não apresentam vantagens tão claras de oligopólio, como diferenciação de produto por marca, não sendo também intensivos em tecnologia. O grupo final da tabela que apresenta setores como agricultura, construção civil e bebidas é controlado quase que exclusivamente pelas empresas nacionais ou estatais. Outra informação é que, com exceção de comércio exterior, todos os serviços estão neste grupo final, controlado predominantemente pelo Estado.

O quadro abaixo demonstra a distribuição dos investimentos diretos externos por setor e ramo de atividade em que estes se efetivaram para a década de 1970.

TABELA 2 – BRASIL: POSIÇÃO DOS IDEs POR SETOR – 1971/1982 - EM US MILHÕES

Setores	Médias anuais			
	1971-1973	1974-1976	1977-1979	1980-1982
Indústria de Transformação	2904	5450	10415	14251
Metalurgia	280	569	1144	1429
Mecânica	173	524	1193	1852
Mat. Elétrico e cominic.	308	564	1167	1472
Veículos Automotores	397	702	1312	1976
Química	852	1274	2332	3146
Farmacêutica e Medicinais	149	306	560	799
Alimentar/Têxtil	252	552	997	1205
Demais da Indústria de Transformação	492	959	1711	3268
Serviços	427	1149	2404	3902
Bancos e Instituições Financeiras	112	367	488	669
Consultoria, Repr., Partic. e Adm. Bens	144	468	1226	2072
Outros	301	555	825	1148
Total	3632	7154	13644	19301

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL - 2003

Ao comparar a tabela 1 com a tabela 2, pode-se notar que, não obstante o aumento significativo de investimentos diretos externos no período, não houve, de forma global, uma elevação na participação das multinacionais no Brasil. Onde houve

o maior aumento de ingresso de investimentos externos a partir de 1973, são exatamente os quatro setores em que era maior a participação das empresas estrangeiras. Portanto, a participação continuou alta nos setores da tabela onde há forte grau de concentração, em razão de vantagens tecnológicas ou de diferenciação de produto por marca e onde a participação era média ou baixa, continuou da mesma forma (NONNENBERG, 2003, p. 12), ou seja, proporcionalmente em cada setor, em relação às empresas nacionais ou estatais, a participação das multinacionais pouco variou.

Em termos gerais, o que se viu é que os setores onde a participação das multinacionais é maior, como autoveículos, mecânica, química e material elétrico, foram alguns dos setores mais favorecidos pela política industrial do II PND, que embora apresentasse a proposta de fortalecimento das empresas nacionais, não colocou obstáculos ao ingresso de investimentos nesses setores. Por outro lado, o não aumento mais que proporcional desses setores em comparação com outros, demonstra que o maior ingresso global dos investimentos diretos externos nessa década está mais ligado ao crescimento econômico, pois se houvesse um aumento mais que proporcional em setores que obtiveram incentivos do governo, estes incentivos é que seriam os responsáveis pelo aumento.

3.2 REORIENTAÇÃO SETORIAL NA DÉCADA DE 1990

Os dados de 1990 a 1995, sobre a distribuição dos investimentos diretos por setor, são apresentados pelo Banco Central na forma de estoques, incluindo reinvestimentos.

TABELA 3 - BRASIL: INVESTIMENTOS EXTERNOS: DISTRIBUIÇÃO POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (EXCLUSIVE PORTFÓLIO) – 1980-1995 – EM US MILHÕES

	Dez.1985	Dez.1990	Dez.1992	Dez.1993	Dez.1994	Jun.1995
Agricultura, pecuária, pesca e ind. Extrativa mineral	973.61	286,51	232	1.270,20	1.532.90	1.535.30
Indústria de transformação	19.181,9	25.729,2	25.751,3	27.305,2	28.955,10	30.913,1
Metalurgia	1.933,80	3.028,20	2.912,40	2.291,40	3.077,50	3.244,80
Mecânica	2.362,80	3.036,90	2.884,60	2.855,90	3.059,00	3.311,00
Material elétrico, eletrônico e de comunicação	1.971,10	3.144,30	3.185,50	3.169,20	3.381,10	3.692,70
Material de transporte	3.541,70	3.702,70	3.568,70	5.222,50	5.587,20	5.940,70
Química	3.589,20	5.054,10	5.173,50	5.253,00	5.486,90	5.572,50
Produtos medicinais, farmacêuticos e veterinários	1.113,10	1.626,90	1.641,60	1.703,00	1.708,80	1.934,80
Produtos alimentícios diversos	1.198,70	1.682,90	1.791,70	1.833,40	1.920,70	2.093,80
Outras indústrias	3.471,50	4.453,30	4.413,20	4.336,70	4.733,80	5.122,80
Serviços de utilidade pública	50,9	63,5	62,7	65,6	67,5	71,2
Outros serviços	4.928,90	9.258,40	8.980,45	7.706,20	8.641,20	9.346,40
Bancos	887,5	1.644,40	1.707,70	1.754,50	1.858,60	1.957,90
Comércio em geral, importação e exportação	989,1	1.538,50	1.676,70	1.543,00	1.810,30	2.008,50
Consultoria, representação e adm.de bens	2.483,30	4.920,40	4.951,40	3.600,50	4.190,40	4.431,60
Outros	569,1	1.155,10	644,7	808,2	781,9	948,4
Outras atividades	529,2	905,7	1.134,10	1.182,10	741,1	873,7
Total geral	25.664,5	37.243,4	36.980,6	37.529,4	39.937,80	42.739,7

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL - 2003

NOTA: Moedas convertidas em dólares, às paridades vigentes no último dia útil do ano

No período de 1990 a 1995, início da onda de investimentos no Brasil, o estoque de IDE elevou-se apenas cerca de US\$ 5,5 bilhões, conforme a tabela acima. Mais de 90 por cento dessa elevação é explicada pela indústria de transformação, sendo a indústria automobilística a responsável em grande parte por isso.

A combinação da abertura comercial do início da década de 1990 com a retração da demanda interna verificada neste período acarretaram aumento no grau de internacionalização da economia brasileira. O acirramento da concorrência no período de 1990 a 1994 foi devido mais ao aumento das fusões, aquisições e das importações

do que ao ingresso de novas empresas estrangeiras, fazendo com que as empresas aqui instaladas adotassem algumas estratégias para aumentar a competitividade e, por conseqüência, também obter maior inserção no mercado externo. Dentre as medidas tomadas estão a diminuição de custos, abandonando escalas inadequadas de produção e aprofundamento do processo de terceirização para atividades produtivas. Nesse sentido, o fluxo de investimento direto externo nesse período esteve associado a um processo de racionalização e modernização da estrutura produtiva (CHUDNOVSKY, 1999, p. 212).

TABELA 4 - BRASIL: IDEs, DISTRIBUIÇÃO POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (EXCLUSIVE PORTFÓLIO) - 1995-2000 - EM US MILHÕES

Discriminação	Estoque	fluxos					fluxo acumul.
	Dez-95	1996a	1998	1998	1999 b	2000 b	1996-2000
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	688,6	110,5	456,1	142,4	422,5	649,4	1.781,00
Indústria de transformação	3.402,40	1.740,00	2.036,40	2.766,40	7.002,30	4.909,50	18.454,60
Químicos	4.747,70	221,6	368,2	355,01	1.271,80	1.118,00	3.334,50
Metalurgia	3.139,00	93,9	0	158,2	154,9	271,7	678,7
Máquinas e equipamentos	2.072,30	179,2	206,6	174,7	87,2	578,9	1.226,60
Máquinas de escritório e equip. de inform.	441,4	10,01	20,01	49,01	630,7	23,01	732,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.100,30	30,2	138,1	110,9	340,2	65,8	685,2
Material eletrônico e equipamentos de comunic	589,7	62,1	185,6	262,9	520,1	655,3	1.686,10
Mont. De veículos automot., reboques e carroç	2.851,30	286,1	222,7	1.060,10	1.831,60	960,7	4.360,50
Outras indústrias	8.460,70	856,9	895,2	595,6	2.166,50	1.236,10	5.750,30
Serviços	18.439,00	5.814,90	12.818,6	20.361,9	20.139,6	24.317,5	83.452,50
Eletricidade, gás, água quente	0,21	626,4	3.554,40	2.201,50	2.969,50	2.972,10	13.324,10
Comércio	2.772,40	613,01	775,5	2.197,70	2.663,60	1.546,40	7.796,30
Correio e telecomunicações	195,1	611,2	831,3	2.565,00	7.797,10	10.896,8	22.701,40
Intermediação financeira	1.254,80	379,5	1.596,20	5.916,50	1.676,90	6.352,20	15.921,30
Serviços prestados a empresas	11.454,90	2.015,90	5.350,80	6.217,50	3.327,01	814,7	17.725,90
Outros serviços	2.761,60	568,9	710,4	1.263,70	1.705,40	1.735,10	5.983,50
Total	42.530,00	7.665,40	15.311,1	23.270,8	27.564,4	29.876,4	103.688,00
Ingressos abaixo de US\$ 10 milhões empresa							
Receptora/ano		1.978,60	2.567,90	3.075,20	3.670,60	3.454,60	14.746,90
Total geral dos ingressos		9.644,00	17.879,0	26.346,0	31.235,0	33.331,0	118.435,00

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTAS: a - Dados do Censo de Capitais Estrangeiros, realizado em 1996

b- Inclui conversões para investimentos diretos.

Na tabela 4, diferentemente do período anterior, os dados de 1995 a 2000 são apresentados em fluxos brutos, sem reinvestimentos.

No período de 1995 a 2000 há uma evolução no ingresso de IDE substancialmente distinta dos anos anteriores, pois do total de US\$ 118 bilhões acumulado até 2000, US\$ 22,7 bilhões destinaram-se às privatizações das telecomunicações e US\$ 13,3 bilhões às do setor elétrico. Se computarmos os US\$ 17,7 bilhões classificados como outros serviços e que podem também ter sido destinados a esses setores, mais os US\$ 15,9 bilhões do setor de intermediação financeira, resultado das políticas de desregulamentações do Governo Fernando Henrique Cardoso, conclui-se que mais da metade dos fluxos de IDE entre 1996 e 2000 resultaram das privatizações e desregulamentações, enquanto apenas 18 por cento foram para investimentos industriais.

As conseqüências são, por um lado queda gradual dos investimentos (US\$ 32,8 bilhões em 2000 para US\$ 16,6 bilhões em 2002), já que o processo de privatização não é infinito e, por outro lado, em médio prazo aparecimento de dificuldades na balança de pagamentos, pois há aumento de saídas de lucros e dividendos, *royalties* e assistência técnica, sem contrapartida na geração de divisas, haja vista a incapacidade das empresas de serviços de gerarem divisas.

Portanto, a segunda metade da década de 1990 apresentou uma reorientação setorial dos investimentos diretos externos, tendo como conseqüência aumento da participação das empresas multinacionais em setores que antes havia predomínio nacional, por um lado através de fusões e aquisições de empresas privadas nacionais, e, principalmente pela desestatização de alguns setores considerados na década de 1970 como estratégicos. Como resultado disso, segundo a Revista Exame – Maiores e Melhores (apud NONNEMGER, 2001), onde foram analisadas as 500 maiores empresas, houve aumento no total de vendas pelas empresas estrangeiras, de 43 por cento em 1993 para 54 por cento em 2000. Os setores em que ocorreram os maiores aumentos foram serviços, siderurgia e telecomunicações, refletindo basicamente as privatizações, seguidos pelos setores de alimentos, bebidas, têxteis e eletroeletrônicos, tendo havido apenas nesse último o ingresso de novas empresas, nos demais houve

aquisições de ativos já existentes. Na indústria, diferente da primeira metade da década onde a maior produtividade foi buscada por inovações tecnológicas incorporadas e terceirização, a partir de 1995 os ganhos de produtividade foram resultado das incorporações de novos equipamentos, via importações, voltados para a modernização (NONNENBERG, 2002, p. 36).

Assim, a reestruturação da década de 1990 causou aumento da produtividade, terceirização da produção e reorientação dos IDEs com predominância no setor de serviços, com redução do nível de emprego industrial, devido a mudança de setor dos investimentos, bem como desverticalização da produção, internacionalização da rede de fornecedores, concentração industrial e maior desnacionalização da produção e da economia brasileira de um modo geral.

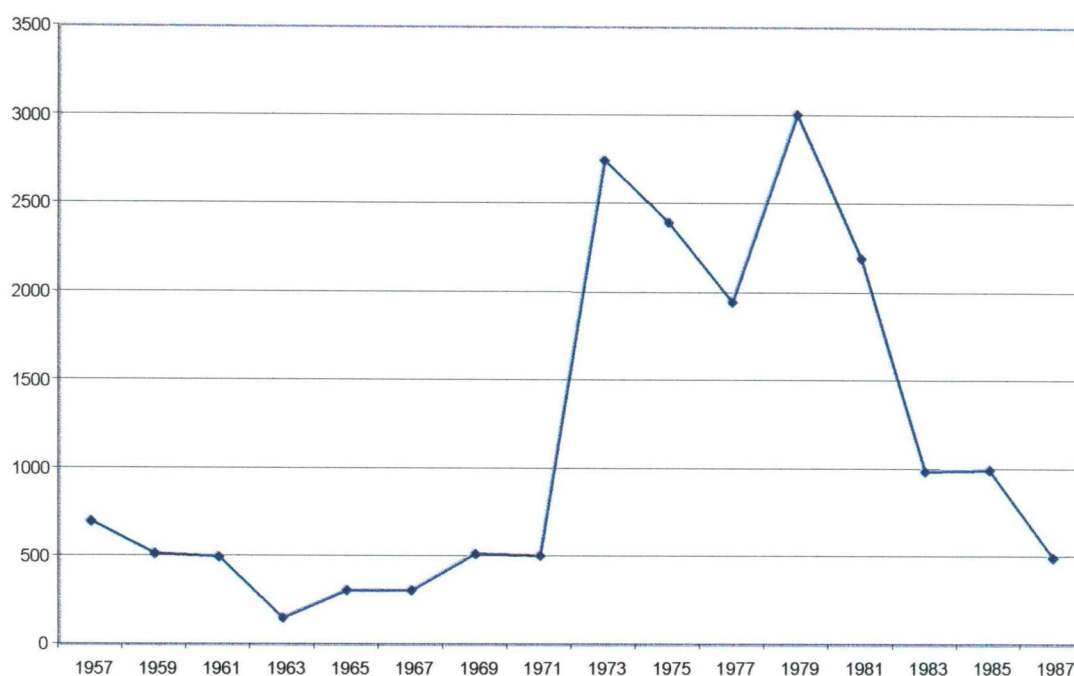
4 INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS NO BRASIL – 1970 E 1990

O Brasil possui algumas características que contribuem para o ingresso de IDE, como seu tamanho geográfico, quantidade de matéria-prima e de mão-de-obra disponíveis, o potencial de consumo de uma das maiores populações mundiais e a demanda crescente por inovações tecnológicas. Porém, nas décadas de 1970 e 1990 a entrada de investimentos diretos externos no Brasil acima da média das outras décadas, juntamente com algumas medidas adotadas pelos governos referentes ao capital estrangeiro, tornam esses períodos diferenciados dos demais. Nos próximos itens serão analisadas separadamente estas duas décadas quanto aos fatores que determinaram o aumento do ingresso desses investimentos no país.

4.1 DÉCADA DE 1970

Após o Plano de Metas, na década de 1950, houve queda do ingresso de IDE no Brasil, principalmente devido a incertezas de natureza econômica e política dos anos 60. Após o ano de 1968 o Brasil iniciou uma fase de recuperação econômica, quando houve crescimento do PIB, estabilização da moeda e políticas favoráveis ao capital estrangeiro, fatos que propiciaram o retorno dos IDEs ao país, processo que ganha impulso principalmente a partir de 1973. O ingresso médio de investimentos externos no Brasil entre 1969 e 1972 foi de U\$ 680 milhões (valores da época) e entre 1973 e 1981 de U\$ 2,478. Para efeitos de comparação, o ingresso desses investimentos no Plano de Metas, entre 1956 e 1961, foi de U\$ 521 milhões (gráfico abaixo).

GRÁFICO 1 – BRASIL: IDEs – INGRESSOS BRUTOS – 1957-1989 – EM US MILHÕES



FOMTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL - 2003

O que causou essa recuperação exuberante? Seguindo o pensamento de POSSAS visto no capítulo 2, devem-se analisar os determinantes externos e internos concomitantemente. No cenário internacional houve um forte aumento dos fluxos de investimento externo com origem nos países desenvolvidos, principalmente os EUA (principal país de origem dos IDEs no Brasil na década de 1970), no sentido de exaustão das possibilidades de ampliação do mercado interno para as grandes empresas em relação ao seu potencial de crescimento (POSSAS, 1983, p. 22). O início da década de 1970 também revela o começo de um ciclo de expansão das multinacionais europeias, tendo como principal destino os Estados Unidos, porém o Brasil também teve sua participação aumentada como país hospedeiro entre os anos de 1970 e 1980, sendo o principal destino desses investimentos entre os países em desenvolvimento. A partir de 1973, com a crise do petróleo “o aumento do custo de energia e matéria-prima na economia mundial favoreceu investimentos do tipo

orientado para os recursos em atividades intensivas em recursos naturais – siderurgia, celulose, etc.” (CHUDNOVSKY, 1999, p. 33).

Internamente, a atração de investimentos começou com mudanças, em meados de 1967, na política fiscal e monetária do segundo governo militar, que provocou um dinamismo da demanda de bens de consumo duráveis, crescendo em média 13,4 por cento ao ano, refletindo, por um lado maior concentração pessoal de renda e aumento do poder aquisitivo das classes média e alta (profissionais liberais, tecnocratas, administradores de empresas), e por outro lado elevação das margens de endividamento das famílias, facilitada pelo desenvolvimento da intermediação financeira na compra de bens de consumo (SERRA, 1981, p. 89). O setor industrial mais dinâmico, refletindo as medidas adotadas e que serve de exemplo para o incentivo ao ingresso de IDEs, foi o de veículos motorizados, que cresceu à taxa anual de 34,5 por cento. Dessa produção, 67 por cento eram carros de passageiros, o resto caminhões e ônibus, ao contrário do período 1957-69, quando a parcela dos carros de passageiro era apenas de 49 por cento. A política de crédito mais fácil, que estabeleceu condições especiais para a compra de carros, foi uma das decisões do Governo que contribuiu para essa expansão. A outra foi a abertura do mercado brasileiro aos três gigantes americanos – General Motors, Ford e Chrysler – que não tinham feito investimentos no Brasil na produção de veículos de passageiros, porque achavam muito pequeno o lucro com a fabricação apenas dos pequenos carros econômicos estipulada pelo governo, quando a indústria do automóvel foi criada no final da década de 1950. Os regulamentos foram revistos, permitindo a produção de carros médios, o consumidor reagiu bem e as vendas de carros aumentaram consideravelmente, mostrando como o aumento da demanda influenciado indiretamente pelo Estado proporcionou a elevação dos investimentos.

Outro determinante para o ingresso de investimentos foi a política adotada ante o capital estrangeiro. Dentre as vantagens compensatórias para empresas estrangeiras o que causou maior impacto foram as modificações na Lei 4.131, em 1965, que eliminaram algumas restrições à remessa de lucros e, em especial, a cláusula que considerava como nacionais os valores resultantes de lucros reinvestidos. Assim,

entre 1965 e 1973, a presença estrangeira aumentou, sobretudo nos setores mais dinâmicos, onde havia grandes empresas e controle tecnológico, como por exemplo, material de transporte, mecânica, química, farmacêutica e têxtil - esta última pela produção de fibras sintéticas - conforme tabela abaixo, sendo os EUA o principal país de origem das multinacionais, embora sua participação relativa já estivesse caindo nesse período, em comparação com a quantidade de investimentos de origem européia e japonesa.

TABELA 5 - BRASIL: INVESTIMENTOS DIRETOS – POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO, POR SETORES – 1964-1974 – EM US MILHÕES

Setores	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Setor primário	16	19	20	24	26	43	47	53	100	123	164
Setor Secundário	1503	1585	1711	1869	2043	2469	2689	2992	3397	3700	4733
Química e Petroquímica	372	392	413	456	469	577	643	718	776	795	949
Automobilística	188	192	208	255	271	331	367	412	531	557	614
Metalurgia	161	181	188	198	208	257	276	318	330	360	454
Mat. Elétrico e Comunic.	91	100	115	118	167	200	237	255	292	327	425
Mecânica	79	87	117	109	119	140	158	179	199	235	363
Alimentar	106	110	117	129	135	155	153	153	184	192	286
Fumo e Bebidas	55	56	58	59	70	84	103	129	150	191	253
Farmacêutica	85	90	96	108	115	137	152	167	187	197	234
Energia Elétrica e Gás	95	98	96	95	118	137	143	148	164	180	196
Têxtil	34	35	39	43	48	61	69	82	93	123	193
Minerais Não-Metálicos	38	38	48	54	57	77	84	98	110	124	164
Autopeças	48	54	55	60	68	83	91	98	102	119	162
Serviços	182	210	201	253	259	314	433	484	591	814	1130
Administração de Bens	60	62	70	85	89	110	145	164	207	262	361
Intermediação Financeira	41	46	47	53	63	75	87	93	122	160	333
Comércio	47	49	51	56	59	72	81	94	116	170	197
Outros	34	53	33	59	48	57	120	133	146	222	239
Total	1714	1814	1929	2146	2328	2826	3169	3529	4088	4637	6027

FONTE: RELATÓRIO DA CPI DAS MULTINACIONAIS, CÂMARA DOS DEPUTADOS – 1975

NOTA: Dados trabalhados por NONNEMBERG, 2003

Após 1974 houve uma mudança na política econômica ante os investimentos estrangeiros. Embora até 1973 houvesse incentivos ao ingresso de IDE, não havia um direcionamento claro para esses investimentos. O II PND vai adotar uma política explícita de direcionamento dos investimentos para setores específicos, seja pela demanda originada nas estatais, seja por meio de incentivos diretos a alguns setores industriais. As prioridades agora estão bem definidas, são os setores de bens de capital

e insumos básicos. A seletividade é explicada pelo desejo do Governo em buscar um equilíbrio entre as empresas privadas nacionais, as estrangeiras e as empresas estatais. O equilíbrio desse tripé seria obtido seguindo três orientações: a) ao Estado caberia a responsabilidade pela estratégia, pelas funções públicas propriamente ditas, pelos setores de infra-estrutura econômica (energia, transportes, comunicações) e pelas áreas de Desenvolvimento Social; b) para a empresa estrangeira haveria uma “... explicitação de forma dinâmica e continuamente atualizada, das prioridades para sua atuação no país, em termos de função a desempenhar e de setores para onde se destinar preferencialmente” (II PND, apud LESSA, 1988, p. 27); c) a terceira orientação era no sentido de fortalecimento da empresa privada nacional, sendo o Estado responsável através de sua estratégia de desenvolvimento. Havia também preocupação quanto à venda de empresas nacionais, conforme Mensagem ao Congresso Nacional (1975, apud LESSA, 1988, p. 28) “O Conselho de Desenvolvimento Industrial continuou atuando positivamente para reduzir as transferências de empresas nacionais para grupos estrangeiros...”. A terceira orientação, segundo o Governo, não viria de encontro aos interesses das empresas estrangeiras, pois elas também deveriam desejar o fortalecimento do mercado interno e aquecimento da demanda (LESSA, 1988, p. 30). A seletividade era necessária ainda para que a empresa estrangeira, através dos seus investimentos, viesse para contribuir com o crescimento do país, desenvolvimento tecnológico, aumento das exportações de produtos manufaturados, atração de poupança externa e substituição das importações. Portanto, havia certas condições a serem satisfeitas por essas empresas. Alguns setores ditos estratégicos deveriam permanecer nas mãos do capital nacional, como petróleo, comunicações, portos e energia elétrica, dentre outros.

Assim, definido onde o capital estrangeiro era bem vindo, o Estado deveria promover o aumento dos investimentos externos não por meio de legislação própria, mas através de incentivos fiscais, que foram concedidos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e pela Befiex. Além disso, o Estado criou “modelos tripartite”, onde o controle de cada empresa era detido por três sócios, cada um com aproximadamente 1/3 do capital, um representante da participação estatal, um

acionista privado brasileiro e um acionista estrangeiro responsável pelo aporte tecnológico para a implantação e desenvolvimento do projeto da empresa. Nesse modelo cabia ao BNDE fornecer recursos para o investimento, salvo os bens de capital importados. O maior exemplo desse modelo foi o setor petroquímico com a criação da Petroquisa. Até o final da década de 1960, as firmas brasileiras desse setor ou foram vendidas ou tiveram que firmar acordos de licenciamento de tecnologia, que eram difíceis de obter devido ao excessivo rigor do governo brasileiro para sua aprovação. Isso favorecia a vinda de multinacionais, já que os direitos de propriedade de tecnologia pertenciam à matriz, não necessitando, desse modo, aprovação do acordo para começar a operar. Assim, nesse período formou-se um conjunto de políticas fiscais, creditícias e tarifárias administradas por instituições governamentais que acabaram trazendo ainda mais vantagens às firmas estrangeiras. Algumas dessas empresas beneficiavam-se também de incentivos estaduais e municipais, como facilidades para aquisição de terreno e financiamentos domésticos para o capital.

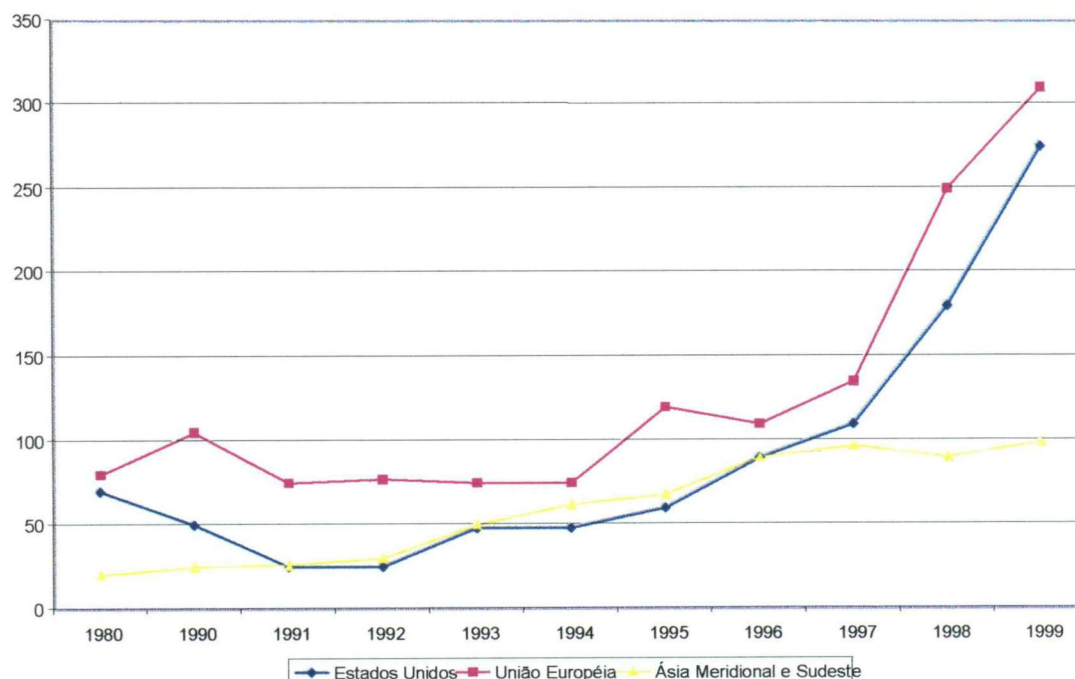
Portanto, até 1973 a expansão dos investimentos foi determinada pelo aumento da renda da classe média e alta, e pela ampliação das facilidades de financiamento das compras e endividamento do consumidor, fatores que, impulsionados indiretamente pelo Governo, causaram aumento da demanda e, conseqüentemente, dos investimentos em produção de bens duráveis, com crescimento substancial do PIB. De 1973 a 1979 houve a grande elevação do ingresso de investimentos diretos externos no Brasil, o que leva à conclusão que seus determinantes foram: a) o regime de crescimento adotado pelo Governo no período anteriormente citado, já que em economias com mercado interno aquecido há um encorajamento para as empresas reinvestirem seus lucros, ao invés de repatriá-los para as matrizes, b) as vantagens já mencionadas concedidas pela política econômica ante o capital estrangeiro. Além disso, as empresas multinacionais valeram-se na época de suas vantagens de monopólio ou oligopólio, derivadas da tecnologia ou da patente que eram inacessíveis ao concorrente local.

4.2 DÉCADA DE 1990

Após a queda brutal do fluxo de ingresso de IDE no Brasil na década de 1980, a década de 1990 apresentou um aumento crescente de ingresso desses investimentos, principalmente a partir do ano de 1994, embora a média de crescimento do PIB brasileiro tenha se mantido em apenas cerca de 2,9 por cento entre 1987 a 2001. O que aconteceu para esse expressivo crescimento dos investimentos nesse período?

A resposta a essa pergunta novamente será analisada sob duas óticas, uma externa e outra interna. A questão externa é explicada pelo cenário internacional, que apresentou um aumento jamais visto do fluxo mundial de IDE direcionado para várias regiões do mundo a partir de 1990 e em especial a partir de 1994, refletindo a globalização financeira, a onda de fusões e aquisições e a mudança nas regulamentações quanto aos IDEs em vários países, inclusive o Brasil (gráfico 2).

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DOS FLUXOS DE IDEs – 1980-1999 – EM US BILHÕES



FONTE: UNCTAD

NOTA: Retirado de NONNEMBERG, 2003 – por origem de capital

Como se pode extrair do gráfico acima, o fluxo de IDE nesse período teve origem principalmente na União Européia e nos EUA. Particularmente para o Brasil, países que em 1970 tinham pouca participação, nessa década contribuíram com volumes expressivos de investimento, como por exemplo, a Espanha.

A dimensão interna do processo tem a ver com mudanças na política econômica, que abriram diversas oportunidades para os investimentos externos. O início da década de 1990 foi marcado por alterações nas políticas macroeconômicas, redefinindo o regime de crescimento brasileiro desse período. O Governo Collor começou com o processo de abertura comercial, implantando um programa de eliminação de várias barreiras não-tarifárias e redução de barreiras tarifárias que terminou em 1994 no governo de Itamar Franco. Esse período abrange apenas o início da onda de investimentos externos acontecida na década, onde mais da metade da elevação do estoque é explicada pela indústria de transformação, com forte concentração na indústria automobilística. O setor de serviços ainda não havia começado a ganhar a importância que teria a partir de 1996. No âmbito desse processo aconteceu a criação do Mercosul, que reduziu ainda mais barreiras com os países vizinhos. Ainda nesse período foram eliminadas diversas restrições ao ingresso de capital estrangeiro. Segundo CANUTO, citado por NONNENBERG (2003, p. 21), as principais foram:

- a) Início da concessão de financiamentos do BNDES, a partir de 1991, a multinacionais;
- b) Redução do poder regulatório do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), responsável pela aprovação de acordos de transferência de tecnologia;
- c) Fim da Lei de Informática em 1992;
- d) Autorização, em 1991, para que as multinacionais passem a usar lucros financeiros para constituir aumento de capital registrado;
- e) Permissão, em 1991, para pagamento de *royalties* das multinacionais para suas matrizes;

- f) Redução do Imposto de Renda sobre remessas; e
- g) Autorização de remessas de dividendos associadas a capital ainda em vias de registro no Banco Central do Brasil.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, novas medidas na direção da abertura da economia ao capital estrangeiro foram tomadas, entre elas a eliminação da separação constitucional entre empresas nacionais e estrangeiras e a permissão da participação do capital estrangeiro na navegação de cabotagem. Nesse mesmo período “... caem os monopólios estatais das telecomunicações, distribuição de gás e prospecção de petróleo” (RODRIGUES, 1998, p. 21), sendo implantado o processo de privatizações, onde, segundo o BNDES (apud NONNEMBERG, 2001), de 1991 a 2001, incluindo-se as empresas estaduais, o total de recursos chegou a US\$ 84,1 bilhões, dos quais US\$ 40,4 bilhões vindos do exterior. Entre 1995 e 2000 cerca de 80 por cento do ingresso de investimentos externos foram para o setor de serviços e menos de 18 por cento para indústria de transformação, sendo que o setor de telecomunicações e o setor elétrico, juntos, corresponderam a cerca de 35 por cento do total de ingressos nesse período. Se somados aos 15 por cento do setor de intermediação financeira, fruto das políticas de desregulamentação, darão mais da metade do total de influxos desse período, o que trouxe preocupação com relação às conseqüências que isso traria sobre a balança de pagamentos, haja vista que as empresas de serviço não geram divisas e a saída de lucros e dividendos, *royalties* e juros sobre empréstimos realizados pela matriz podem ser maiores que eventuais ingressos de novos investimentos.

Portanto, apesar da baixa média de crescimento econômico da década de 1990, houve grande ingresso de investimentos diretos externos no Brasil, e os principais determinantes desse ingresso estão ligados às mudanças na política econômica dos governos a partir de 1989, dentre elas destacam-se as medidas adotadas para a abertura comercial e eliminação de restrições quanto ao envio de dividendos e *royalties* das multinacionais para suas matrizes. A partir de 1994, o fenômeno estudado é explicado principalmente: a) pela quebra do monopólio estatal em diversas

áreas (desregulações e privatizações) propiciando a abertura de novos espaços para as empresa estrangeiras; b) pela recuperação da estabilidade econômica que por um lado deu maior credibilidade ao país e por outro deu maior dinamismo ao mercado interno; c) por um tratamento mais favorável às empresas estrangeiras. Somados a esses fatores, pode-se acrescentar o desejo das firmas modernas em diversificar seus investimentos em produtos e mercados externos, buscando mudar a combinação total de risco e retorno de suas operações mundiais para uma combinação apropriada, fato que maximiza o valor da empresa, conforme a Teoria do *Portfólio* Aplicada ao IDE, visto no capítulo 2.

5 INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS E A EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS NO BRASIL – 1970 E 1990

Os efeitos dos investimentos diretos externos na balança de pagamentos dos países receptores são benéficos ou não? Esta é uma questão que gera controvérsias entre os analistas. Os argumentos contrários aos possíveis benefícios causados postulam que o ingresso desses investimentos prejudica a balança de pagamentos, pois: a) o repatriamento do capital e as remessas de lucros, assistência técnica, etc., das filias das empresas estrangeiras para a matriz, são maiores que os novos influxos de capital, portanto, o resultado líquido é uma perda para o país recebedor dos investimentos; b) não obstante o investimento direto externo provoque uma substituição de importações, os benefícios desta são compensados pela necessidade de grandes importações de insumos para a fabricação do produto internamente, e que a propensão a importar das multinacionais é maior que a das empresas nacionais, portanto, o resultado líquido para a balança de pagamentos é negativo.

Os argumentos que criticam a visão anterior dizem que inicialmente o ingresso de capital não traz nenhum efeito sobre a balança de pagamentos, posteriormente podem trazer efeitos negativos, “ocorrem fluxos internacionais de capital de longo prazo principalmente para se auferir vantagem de taxas de lucro mais elevadas” e “dão origem a fluxos internacionais de lucros, dividendos e juros” (SALVATORE, 1978, p. 210), mas geram produção no país receptor e o excesso dessa produção compensa o produto marginal enviado ao exterior. Ainda, para se mensurar o impacto total dos investimentos diretos externos na balança de pagamentos, deve-se levar em conta as exportações propiciadas pelas empresas estrangeiras, as substituições de importações, os efeitos sobre a formação de capital e vários outros efeitos indiretos, não somente o influxo de capital e de remessas para o exterior (CUTINI, 1982, p. 30).

Nos próximos itens veremos os efeitos causados na balança de pagamentos do Brasil pelos investimentos diretos externos nas duas décadas estudadas.

5.1 A DÉCADA DE 1970

Este item será apresentado em dois subitens. O primeiro apresenta os dados da balança de pagamentos do período e o segundo procura fazer uma avaliação dos efeitos dos investimentos diretos externos sobre a balança de pagamentos.

5.1.1 Balança de Pagamentos

A partir de agosto de 1968, o Brasil passou por algumas mudanças em sua política cambial, como a adoção do regime de minidesvalorizações cambiais (desvalorizações da moeda em períodos curtos). Além de alterar a política cambial o Governo procurou ampliar as exportações (e, por consequência, a capacidade de importar) por meio de uma série de medidas fiscais e creditícias, como crédito fiscal do IPI e mais tarde do ICM, maior assistência financeira e isenção do IR nas vendas ao exterior (LANZANA, 2002, p. 132). Também pelo Governo foram adotadas políticas seletivas de atração do capital estrangeiro, havia a preocupação de que a entrada de multinacionais satisfizesse certas condições. A contribuição dessas empresas na Balança de Pagamentos do Brasil seria “... através do aumento das exportações, da substituição das importações e aporte maior de capital de risco, em lugar de financiamento” (VELLOSO, 1978, p. 101). Assim, entre 1968 e 1981, as exportações brasileiras passaram de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 23,3 bilhões, lideradas principalmente pelos produtos manufaturados. Porém, o saldo da balança comercial que se mantinha praticamente zerado até 1973, passou a ser negativo a partir de 1974. Fatos que podem ser observados na tabela a seguir.

TABELA 6 - BALANÇA DE PAGAMENTOS – BRASIL - 1970 – 1980 – EM US BILHÕES

Discriminação	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
1. Balança comercial											
1.1 Exportações	2,7	2,9	4	6,2	8	8,7	10,1	12,1	12,6	15,2	20,1
1.2 Importações	-2,5	-3,2	-4,2	-6,2	-12,6	-12,2	-12,4	-12	-13,4	-18,1	-23
1.3 Saldo	0,2	-0,3	-0,2	0	-4,6	-3,5	-2,3	0,1	-0,8	-2,9	-2,9
2. Balança de serviços											
2.1 Juros	-0,2	-0,3	-0,3	-0,5	-0,6	-1,2	-1,8	-2,1	-2,7	-4,2	-6,3
2.2 Outros serviços	-0,5	-0,6	-0,9	-1,1	-1,7	-1,6	-1,9	-2	-2,3	-3,7	-3,8
2.3 Saldo	-0,7	-0,9	-1,2	-1,6	-2,3	-2,8	-3,7	-4,1	-5	-7,9	-10,1
3. Transf. Unilaterais											
3.1 Saldo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Trans. Correntes											
4.1 Saldo	-0,5	-1,2	-1,4	-1,6	-6,9	-6,3	-6	-4	-5,8	-10,8	-13
5. Balança Capitais											
5.1 Investimentos	0,1	0,2	0,3	0,9	0,9	0,9	1	0,8	0,9	2,2	1,5
5.2 Emp./Amortizações	0,9	1,6	3,1	2,6	5,3	5,3	5,6	4,5	8,5	5,5	8,2
5.3 Saldo	1	1,8	3,4	3,5	6,2	6,2	6,6	5,3	9,4	7,7	9,7
6. Erros e omissões											
6.1 Saldo	0	-0,1	0,4	0,2	-0,2	-0,8	0,5	-0,7	0,3	-0,1	-0,2
7. Superávit/Déficit											
7.1 Saldo	0,5	0,5	2,4	2,1	-0,9	-0,9	1,1	0,6	3,9	-3,2	-3,5

FONTE: BANCO DO BRASIL

NOTA: Dados trabalhados por LANZANA, 2002

Outro fato importante que se observa na balança de pagamentos desse período é que houve aumento das remessas de *royalties* e de lucros e dividendos pelas multinacionais, provocando um aumento ainda maior do déficit da balança de transações correntes, que passou de um saldo negativo de 1,6 bilhões de dólares em 1973 para um saldo negativo de 10,8 bilhões em 1979.

5.1.2 Efeitos dos IDEs na Balança de Pagamentos

Para se chegar a algumas conclusões acerca dos efeitos causados pelas multinacionais na Balança de Pagamentos é necessário comparar seus resultados com os das empresas nacionais. Assim, serão usados neste trabalho alguns estudos empíricos que apuram as relações comerciais externas das multinacionais no Brasil na década de 70, em comparação com as empresas domésticas. Serão usados os dados da Cepal (1991), elaborados por José Mauro de Moraes, que se originaram de dados do então Departamento de Comércio Exterior, para cerca de 800 empresas que estão numa lista das maiores firmas exportadoras do Brasil em cada ano (dados disponíveis de 1975 e 1980).

TABELA 7 - BRASIL: PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES INDUSTRIAIS POR ORIGEM DO CAPITAL E GÊNERO INDUSTRIAL - EM %

Setores	1975		1980	
	EMN	ENP+EST	EMN	ENP+EST
Minerais não metálicos	65,1	34,9	53,9	46,1
Metalurgia	49,3	50,7	31	69
Mecânica	80,8	19,2	79,2	20,8
Material elétrico	86,9	13,1	89,1	10,9
Material de transporte	80,6	19,4	78,8	21,2
Madeiras	16,8	83,2	12	88
Mobiliário	0	100	0	100
Papel e Papelão	4,6	95,4	54	46
Borracha	96,3	3,7	97,4	2,6
Couros e Peles	30,1	69,9	24,5	75,5
Química	40,3	59,7	30,5	69,5
Plásticos			0	100
Têxtil	22,2	77,8	20,7	79,3
Vestuário e calçados	6,4	93,6	10,8	89,2
Alimentar	22,7	77,3	22,9	77,1
Bebidas	8,4	91,6	5,5	94,5
Fumo	62	38	71,1	28,9
Editorial e gráfica	6,3	93,7	0	100
Diversos	0	100	11,8	88,2

FONTE: CEPAL (1991).

Antes de qualquer coisa é preciso ressaltar que as empresas de médio e pequeno porte estão excluídas, o que pode causar alguma variação nos resultados

encontrados, principalmente quanto a um aumento na participação nas exportações das empresas nacionais.

Observa-se na tabela acima que a participação das multinacionais nas exportações industriais passou de 36,4 por cento em 1975, para 39,2 por cento em 1980. Nota-se, ainda, que as exportações dessas empresas concentram-se nos setores mais dinâmicos, destacando-se os setores de material de transporte, mecânica, material elétrico, e também nos setores de borracha e fumo. Comparando-se os dados acima com os dados da tabela 1, no capítulo 3, percebemos que há uma alta correlação na estimativa da Seplan para a participação das multinacionais no ativo das empresas por setor e a estimativa da Cepal para as exportações, o que significa que o setor onde é mais alta a participação das multinacionais corresponde ao setor em que sua presença como exportadora é maior, por exemplo, nos setores de material elétrico, de transporte e mecânica.

Porém, apesar da importância da participação das empresas estrangeiras nas exportações, o destino preferencial de sua produção é o mercado interno, constatação relevante quando se quer analisar a relação entre a balança comercial e o volume de exportações das multinacionais. Estudos da Cepal (1983 e 1985) no Brasil, que comparam as exportações e o faturamento total entre as empresas estrangeiras e as nacionais, concluem que as exportações têm um peso relativamente baixo nas vendas totais das empresas, independentemente da origem do capital, sendo no máximo de 17 por cento. O mesmo estudo também diz que a propensão a exportar das multinacionais é, em média, de 7,5 por cento, enquanto que das empresas nacionais é de 8,1 por cento, não havendo, portanto, diferença significativa. Esse resultado demonstra que a origem da produção interna, feita por empresa nacional ou multinacional, não influi decisivamente no resultado do volume de exportações.

Pelo lado das importações, os dados a seguir apresentam a composição setorial das importações de 1974.

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MANUFATURADOS – POR SETORES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – 1974 – VALORES CIF EM US\$ MIL

SETORES	COMPOSIÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)
Materiais não metálicos	109.813	1,6
Metalurgia	514.240	7,4
Mecânica	807.990	11,6
Material elétrico	808.204	11,6
Material de transporte	777.117	11,1
Madeira	14.113	0,2
Mobiliário	1.964	-
Papel e Papelão	314.616	4,5
Borracha	97.725	1,4
Couro e peles	14.401	0,2
Química	2.557.748	36,6
Produtos farmacêuticos	114.050	1,6
Perfumaria	29.642	0,4
Produtos matéria-plástica	11.469	0,2
Têxtil	148.046	2,1
Vestuário e calçados	6.446	0,1
Produtos alimentares	258.044	3,7
Bebidas	25.570	0,4
Fumo	5.499	0,1
Editorial e gráfica	31.346	0,4
Diversos	337.151	4,8
Total	6.985.294	100

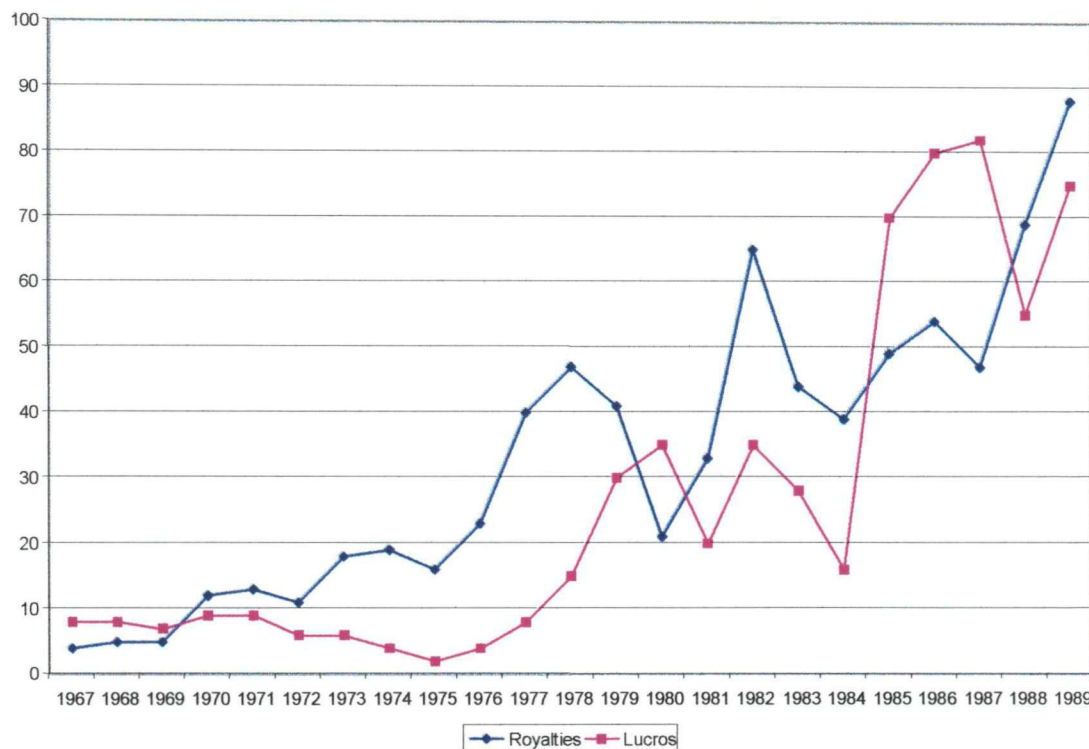
FONTE: CARVALHO J.L. et al.

Aqui também se pode verificar uma alta correlação entre os setores de maior participação relativa nas importações de produtos manufaturados, com os setores onde o capital estrangeiro tem maior participação relativa. Assim, pode-se extrair que o investimento estrangeiro contribui para que esses setores mostrem elevado coeficiente de importações (CUTINI, 1982, p. 58). Do mesmo estudo anteriormente citado, a Cepal concluiu que a propensão a importar das multinacionais é de 4,1 por cento, contra 2,3 por cento das empresas nacionais, ou seja, quase o dobro.

Algumas conclusões são extraídas dos dados apresentados, como: a) os investimentos estrangeiros se concentraram na indústria de transformação, principalmente nos setores dinâmicos que apresentam taxas de crescimento elevadas; b) esses investimentos têm elevada participação tanto nas exportações, quanto nas importações, porém o peso maior é sobre as importações.

Com relação à balança de serviços, o gráfico abaixo mostra a evolução da remessa de *royalties* e assistência técnica e de lucros e dividendos.

GRÁFICO 3 - ROYALTIES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E LUCROS E DIVIDENDOS – 1967-1989 - EM US\$ MILHÕES



O gráfico mostra uma elevação significativa das remessas a partir da segunda metade da década de 1970, crescimento que continua na década de 1980, apesar da queda significativa dos investimentos desse período, mostrando que a elevação dos investimentos diretos externos em 1970 causou efeitos negativos na conta de serviços da balança de pagamentos por um longo período.

Portanto, qual foi o impacto das empresas estrangeiras e, conseqüentemente dos investimentos diretos externos, para a balança de pagamentos nesse período? Se considerarmos o volume das exportações foi positivo, devido à contribuição no aumento desse item. Porém, esse resultado pode não ser relevante se considerarmos o aumento substancial das importações e, principalmente, que essas empresas se

concentram em setores que são liquidamente exportadores. A informação relevante parece ser quanto à propensão a exportar e importar. Nesse caso, se a produção fosse feita por empresas nacionais, dado a diferença das propensões a importar e exportar entre as empresas estrangeiras e as nacionais, as importações seriam menores, enquanto que as exportações seriam semelhantes, o que leva a conclusão que os resultados da elevação das exportações foram menos positivos do que parecem à primeira vista.

Com relação à balança de serviços os resultados também foram desfavoráveis, pois se verificou que da mesma forma houve déficits crescentes, provocados principalmente pela elevação da remessa de *royalties* e lucros e dividendos ao exterior. Não obstante o estoque já existente de IDE de outros períodos contribua para o volume dessas remessas, há uma correlação entre o aumento do ingresso de IDE no período e o aumento das remessas. O resultado disso é que a balança de transações correntes teve seu saldo negativo multiplicado ao longo dos anos, sendo que os novos ingressos de IDE não conseguiram financiá-la, o que ocorreu através do endividamento externo do país, haja vista o aumento dos empréstimos verificados na balança de capitais.

5.2 A DÉCADA DE 1990

Este item também será subdividido, apresentando primeiro os dados da balança de pagamentos no período e depois os efeitos dos investimentos diretos externos sobre a balança de pagamentos.

5.2.1 Balança de Pagamentos

Dentro de um amplo conjunto de reformas, o Plano Collor que entrou em vigor em março de 1990, alterou drasticamente a política cambial do país, com a adoção do sistema de câmbio flutuante, onde a taxa de câmbio é formada pela interação entre a oferta e demanda de divisas. Porém, o novo sistema não representava a completa liberalização do câmbio, já que o Banco Central poderia intervir no

mercado, comprando ou vendendo moeda estrangeira, o que é conhecido por “flutuação suja” da taxa de câmbio (LANZANA, 2002, p. 143). Até o ano de 1993 as importações aumentaram mais que as exportações, mas mantendo-se num volume sempre abaixo destas, permanecendo o saldo da balança comercial positivo. A partir de 1994, o Brasil alcançou a estabilização da economia com o Plano Real, que “conjugou um processo de redução significativa de alíquotas de importações com apreciação cambial” (MONTORO FILHO et al., 1998, p. 495). A redução da inflação e a volta do crediário, junto com a redução dos impostos de importação e a apreciação cambial, aqueceram a demanda por produtos importados, não só de bens de consumo pelas famílias, mas também de bens intermediários e de capital pelas empresas nacionais e estrangeiras.

TABELA 9 – BALANÇA DE PAGAMENTOS – BRASIL – 1990-2000 - EM US\$ BILHÕES

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1. Balança comercial											
1.1 Exportações	31,4	31,6	35,9	38,6	43,6	46,5	47,7	53	51,1	48	55,1
1.2 Importações	-20,7	-21	-20,6	-25,7	-33,1	-49,7	-53,3	-61,3	-57,5	-49,2	-55,7
1.3 Saldo	10,7	10,6	15,3	12,9	10,5	-3,2	-5,6	-8,3	-6,4	-1,2	-0,6
2. Balança de serviços											
2.1 Juros	-9,8	-8,6	-7,3	-8,3	-6,4	-8,2	-8,8	-9,5	-11,4	-14,9	-14,7
2.2 Lucros e dividendos	-1,6	-0,7	-0,6	-1,8	-2,5	-2,6	-2,8	-5,4	-6,9	-4,1	-3,3
2.3 Outros serviços	-3,9	-4,2	-3,7	-5,5	-5,8	-7,8	-8,8	-11	-10	-6,8	-7,5
2.4 Saldo	-15,3	-13,5	-11,6	-15,6	-14,7	-18,6	-20,4	-25,9	-28,3	-25,8	-25,5
3. Transf. Unilaterais											
3.1 Saldo	0,8	1,6	2,4	1,7	2,6	4	2,4	1,8	1,5	1,7	1,5
4. Trans. Correntes											
4.1 Saldo	-3,8	-1,3	6,1	-1	-1,6	-17,8	-23,6	-32,4	-33,2	-25,3	-24,6
5. Balança Capitais											
5.1 Investimentos	0,3	0,1	1,6	0,7	1,9	4,3	10,8	19	28,9	28,6	32,8
5.2 Emp./Amortizações	-0,7	4	3,2	11,8	12,4	25,1	23,2	6,8	0,8	-11,2	-13,4
5.3 Saldo	-0,4	4,1	4,8	12,5	14,3	29,4	34	25,8	29,7	17,4	19,4
6. Erros e omissões											
6.1 Saldo	0	-0,1	0	0,4	0,2	1,9	1	-1,2	-0,1	0,1	2,9
7. Superávit/Déficit											
7.1 Saldo	-4,2	2,7	10,9	11,9	12,9	13,5	11,4	-7,8	-3,6	-7,8	-2,3

FONTES: BANCO DO BRASIL

NOTA: Dados trabalhados por LANZANA, 2002

Como se pode observar na balança de pagamentos do período, as mudanças ocorridas geraram um forte aumento das importações, com estas ultrapassando inclusive o volume das exportações, gerando, a partir de 1995, déficits consecutivos na balança comercial. Esse fato, junto com o significativo aumento das remessas de lucros e dividendos e outros serviços (seguros, fretes, assistência técnica e *royalties*) apontados na balança de serviços, fez o saldo da balança de transações correntes passar de -1,6 bilhões de dólares em 1994 para -33,2 bilhões de dólares em 1998. O fluxo de investimentos estrangeiros (expansão das multinacionais e programa de privatizações) financiou em grande parte os déficits nas transações, haja vista que cresceram de 1,9 bilhões de dólares em 1994 para 28,9 bilhões de dólares em 1998.

5.2.2 Efeitos dos IDEs na Balança de Pagamentos

No período de 1990 a 1995, segundo o Banco Central do Brasil, mais da metade da elevação dos estoques de investimentos diretos externos é explicada pela indústria de transformação, principalmente as indústrias química e automobilística. Nesse período os investimentos caracterizaram-se "... mais pela racionalização da produção (redução da linha de produtos, desverticalização da produção e terceirização de atividades complementares, etc.) do que por expansão da capacidade instalada..." (CHUDNOVSKY, 1999, p.204). Para o período de 1996 a 2000, do total do fluxo de IDE, mais da metade destinaram-se às privatizações dos setores de telecomunicações e energia e ao setor de intermediação financeira, ambos de prestação de serviços, portanto não geram divisas, seja por exportações ou por substituição de importações. Dessa forma, as exportações cresceram em ritmo lento, enquanto as importações, devido à abertura do mercado e à desnacionalização da economia, triplicaram, o que causou déficit na balança comercial.

Como já foi visto neste trabalho, existem diferenças nas propensões a importar entre as empresas nacionais e estrangeiras, enquanto a propensão a exportar é semelhante. As conclusões são baseadas em comparações entre as empresas locais e as subsidiárias estrangeiras observando-se a relação importação/trabalhador, que, para as

empresas locais fica de duas a seis vezes menor que para as subsidiárias estrangeiras. Outra forma é observar a relação entre fluxos de investimentos diretos externos e importações em determinada época em um país. Embora uma alta correlação positiva não indique necessariamente uma relação da causalidade, a hipótese é de que o aumento nos fluxos desse investimento leve a um aumento nas importações, mesmo no curto prazo.

Estudos de Laplace e Sarti (1999) sobre as importações e exportações de multinacionais no Brasil, revelaram que de 1989 a 1997 passou-se de um superávit de US\$ 3 bilhões para um déficit de US\$ 416 milhões, sendo que as exportações aumentaram 91 por cento entre esse anos, enquanto que as importações cresceram 395 por cento no mesmo período. Dentre as 500 maiores empresas exportadoras brasileiras (80 por cento das exportações), a participação das subsidiárias estrangeiras aumentou de 30,4 por cento em 1990 para 51,6 por cento em 1997, tendo o número de empresas estrangeiras subido de 163 em 1990 para 229 em 1997, entre os 500 maiores exportadores. Contudo, grande parte dessa elevação se deve ao processo de fusões e aquisições na economia brasileira desse período. Portanto, o que se tem nesse período para as empresa multinacionais é um crescimento das importações maior que o das exportações.

Esses números podem ser explicados em parte pelos dados apresentados pela Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (apud NONNEMBERG, 2001) que, entre 1994 e 1996, pesquisou sobre a substituição de produção por insumos importados e importação de insumos e componentes. Embora a pesquisa refira-se ao Estado de São Paulo, podem-se estender seus resultados ao Brasil. Os dados são apresentados a seguir, sendo o grupo 1 formado por setores intensivos em ciência (altas oportunidades tecnológicas), o grupo 2 por engenharia convencional (médias oportunidades tecnológicas), o grupo 3 por bens intermediários (médias/baixas oportunidades tecnológicas e finalmente o grupo 4 por outros setores em que há baixas oportunidades tecnológicas (relação dos setores no anexo 1).

**TABELA 10 - SUBSTITUIÇÃO DE PRODUÇÃO POR INSUMOS IMPORTADOS – 1994-1996
- EM %**

Grupos	Nacional	Estrangeira	Diferença
Grupo 1	24,62	41,03	-16,4
Grupo 2	11,88	40,45	-28,57
Grupo 3	11,8	26,27	-14,47
Grupo 4	11,76	23,88	-12,12

FONTE: PAEP - 2001

Os grupos 1 e 2 são de maiores oportunidades tecnológicas, onde estão as maiores diferenças entre as empresas nacionais e estrangeiras. Cerca de 25 por cento das empresas nacionais substituiu a produção de insumos pela importação, enquanto 40 por cento das multinacionais adotaram esse comportamento. Esse fato reflete a tendência de desverticalização da produção e abandono das linhas de produção, atitude mais intensa nas multinacionais, pois essas empresas, conforme Possas no capítulo 2, têm mais fácil acesso à rede mundial de fornecedores de matérias primas e produtos. Nos grupos 2 e 3, de menor intensidade tecnológica, a tendência é menor, mas as empresas estrangeiras adotam em maior proporção esse procedimento.

TABELA 11 - AUMENTO DA IMPORTAÇÃO DE INSUMOS E COMPONENTES – 1994-1996 - EM %

Grupos	Nacional	Estrangeira	Diferença
Grupo 1	41,71	80	-38,29
Grupo 2	19,9	58,21	-38,31
Grupo 3	22,69	46,12	-23,43
Grupo 4	22,35	43,28	-20,93

FONTE: PAEP - 2001

A tabela acima mostra o percentual de firmas que aumentaram a importação de insumos e componentes entre 1994 e 1996. Esse aumento pode significar tanto o crescimento na produção como a substituição das fontes internas pelas externas, mas o importante no nosso caso é que aponta a diferença de comportamento existente entre as empresa nacionais e as estrangeiras. Novamente as maiores diferenças estão no grupo 1, na medida que 80 por cento das firmas estrangeiras aumentaram as importações e menos de 42 por cento das firmas nacionais fizeram o mesmo. Esse fato talvez possa ser explicado pelo tipo de estratégia adotada pelas firmas estrangeiras ou

pela dificuldade de encontrar fornecedores de insumos e componentes com tecnologia avançada no mercado local.

As tabelas seguintes mostram uma comparação entre as empresa nacionais e estrangeiras quanto à origem das compras e o destino das vendas, apontando qual o percentual para o mercado doméstico.

TABELA 12 - ORIGEM DAS COMPRAS – MERCADO DOMÉSTICO – EM %

Grupos	Nacional	Estrangeira	Diferença
Grupo 1	73,01	44,85	28,16
Grupo 2	86,81	72,15	14,66
Grupo 3	84,43	71,49	12,94
Grupo 4	89,7	80,76	8,94

FONTE: PAEP - 2001

TABELA 13 - DESTINO DAS VENDAS – MERCADO DOMÉSTICO - EM %

Grupos	Nacional	Estrangeira	Diferença
Grupo 1	92,47	73,24	19,23
Grupo 2	91,55	76,96	14,59
Grupo 3	93,48	91,47	2,01
Grupo 4	94,67	92,69	1,98

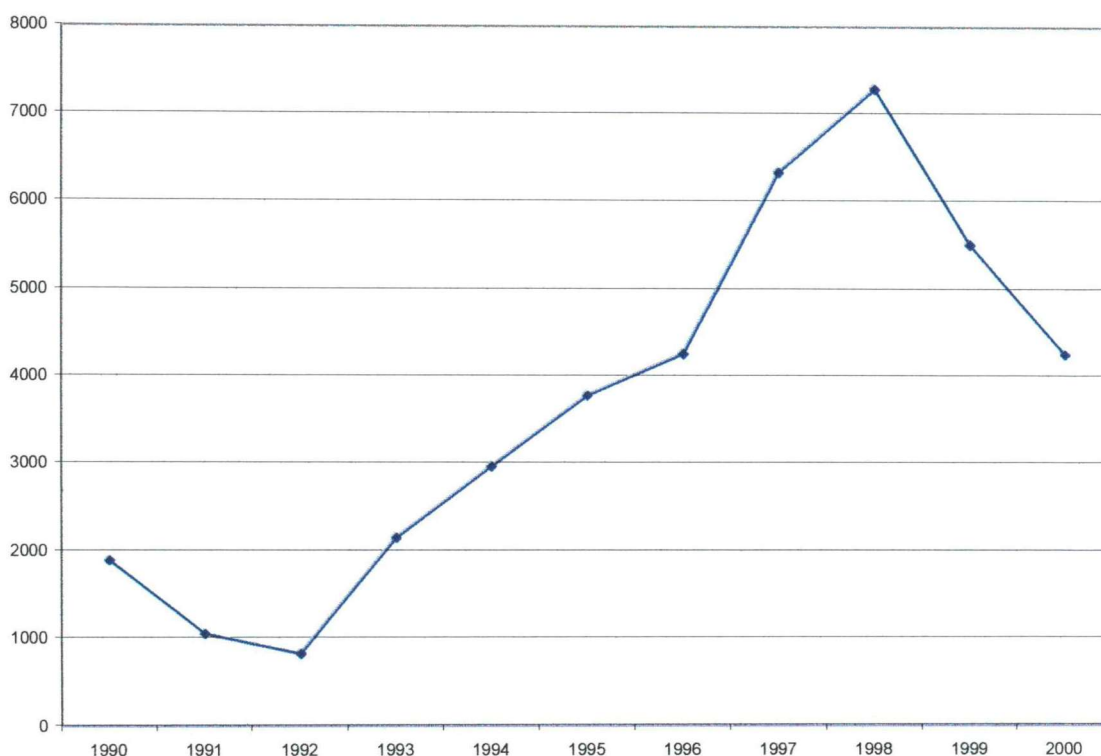
FONTE: PAEP - 2001

Entre as empresas nacionais a propensão a comprar e a vender no mercado doméstico é maior em todos os setores, comparativamente com as empresa estrangeiras, sendo as diferenças mais acentuadas nos setores mais intensivos em tecnologia. No caso das compras a diferença se mostra mais aguda, pois enquanto 73 por cento das compras das empresas nacionais são domésticas, aproximadamente 55 por cento das compras das empresas estrangeiras são no mercado externo. Essa amostra refere-se a empresas do setor industrial, se incluíssemos as empresas do setor de serviços a situação ficaria ainda mais radical, pois essas só importam.

Com relação à balança de serviços, algumas mudanças na legislação favoreceram as remessas de dinheiro das filiais para a matriz no exterior. Até o início de 1990 o Código de Propriedade Industrial (Lei 5.772/71) e a Lei 4.131/62 disciplinavam o capital estrangeiro e suas remessas. A primeira mudança ocorreu em 1991, com a Lei 8.383 que flexibilizou algumas formas de remessas da filial para a

matriz, permitindo inclusive a dedução com o pagamento de *royalties* e assistência técnica para apuração do lucro. Em 1996 a Lei 9.279 substituiu o Código de Propriedade Industrial por uma Lei de Propriedade Industrial, que permitiu um grande aumento imediato do número de patentes aceitas no país. Essas medidas fizeram aumentar significativamente o volume de remessas, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 4 - LUCROS E DIVIDENDOS - ANUAL - BRASIL - 1990-2000 - EM US\$ MILHÕES

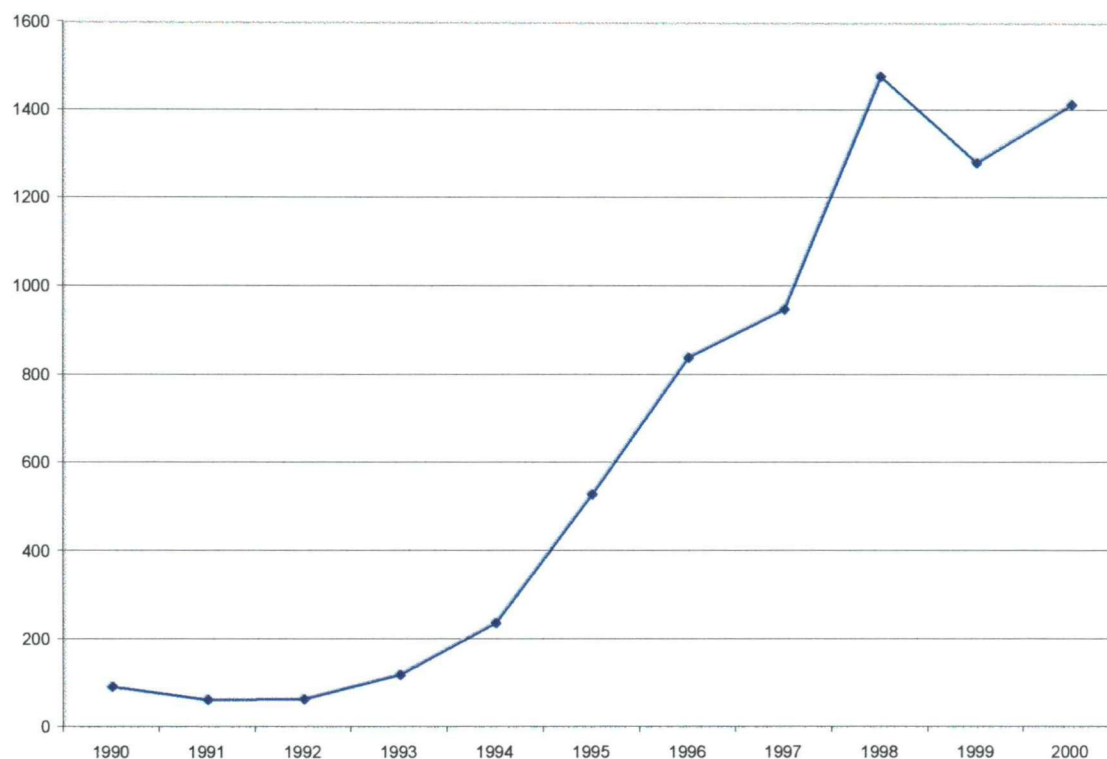


FONTE: IPEADATA

Segundo o Banco Central do Brasil, a remessa de lucros e dividendos e juros sobre empréstimos intercompanhias subiu de US\$ 2,5 bilhões em 1995, para US\$ 5,6 bilhões em 1998. Parte do volume de remessa é explicada pelo estoque já existente, como foi dito anteriormente, mas aqui também existe a correlação entre o aumento no ingresso de IDE e o aumento do volume dessas remessas. A queda verificada a partir de 1999 é consequência da desvalorização cambial ocorrida no início desse ano. Além

dessa conta, as multinacionais podem impactar a conta de serviços nos itens de fretes e seguros e *royalties* e assistências técnica. Esses últimos itens (transferência de tecnologia) sofreram uma grande elevação na década de 1990 (gráfico 5 e tabela 14) devido às já citadas mudanças na regulamentação.

GRÁFICO 5 - ROYALTIES E LICENÇAS - ANUAL - BRASIL - 1990-2000 - EM US\$ MILHÕES



FONTE: IPEADATA

TABELA 14 - REMESSAS AO EXTERIOR POR TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA - 1994 - 2001 (EM US\$ MILHÕES)

Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Uso da marca	2	5	14	14	13	38	31	28
Exploração de patente	79	138	200	167	218	97	94	75
Fornecimento de tecnologia	48	222	379	514	597	482	619	505
Cooperação técnico-industrial	51	27	51	66	-	-	-	-
Serviço técnico especializado	187	284	364	762	1.006	933	1050	1086
Serviço de assistência técnica	-	-	-	-	387	426	401	429
Franquia	-	-	-	-	3	4	12	11
Total	367	676	1.008	1.523	2.224	1.987	2.207	2.134

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Concluindo, qual o impacto que os IDEs causaram na balança de pagamentos do Brasil nesse período? O impacto foi negativo na balança comercial, pois se passou de um superávit de US\$ 10,5 bilhões em 1994 para déficits consecutivos a partir de 1995, devido ao grande acréscimo das importações. Ficou reforçado o que já havia sido visto, que as empresas estrangeiras têm uma propensão a importar maior que as empresas nacionais, piorando essa situação durante a década de 1990, já que boa parte das empresas multinacionais trocou insumos e componentes produzidos domesticamente por insumos importados, principalmente nos setores mais dinâmicos, aumentando o volume de importação. Portanto, o aumento do grau de desnacionalização da indústria, por um lado diminui a produção interna, da firma ou do país, de diversos insumos, e por outro lado aumenta a propensão a importar, notadamente do setor industrial, mostrando que na década de 1990 houve maior filtragem para o exterior do multiplicador.

Na balança de serviços os resultados são aumento da remessa de lucros e dividendos e aumento também na remessa por transferência de tecnologia. Até o final de 1998 a taxa de câmbio estava controlada, que faz com que seja razoável se pensar que esta variável não influiu nos resultados. Porém, as crises asiática e russa, em 1997 e 1998 respectivamente, provocaram instabilidade internacional, fazendo com que o país, no início de 1999, desvalorizasse a moeda. Isso causou um viés nos resultados da Balança de Pagamentos. A remessa de lucros e dividendos caiu e o pagamento de juros acabou sendo responsável por mais de 50 por cento do saldo negativo das transações correntes (embora o pagamento de juros intercompanhias também esteja computado nesta conta). Por outro lado, apesar da desvalorização cambial as importações cresceram em torno de 10 por cento de 1999 a 2000. Computando-se os resultados acima, chega-se a déficits significativos nas transações correntes para o período de 1995 a 2000, que em grande parte foram financiados pelo ingresso de investimentos diretos externos, porém, como foi visto, provenientes principalmente das privatizações no setor de serviços, e que tendem a diminuir em um curto prazo, devendo ser substituídos por capital de risco, que exige elevadas taxas internas de juros, ou outra forma de financiamento.

6 CONCLUSÃO

O capítulo 2 explanou algumas teorias sobre os investimentos diretos externos, esclarecendo que o trabalho seria guiado pelo pensamento de Possas acerca dos determinantes dos investimentos diretos externos. No capítulo 3 foi analisada a participação das empresas multinacionais na economia brasileira nos dois períodos estudados. Verificou-se que na década de 1970 essa participação foi mais destacada nos setores mais dinâmicos da economia, com maior concentração e maiores avanços tecnológicos, tendo sido orientadas na segunda metade do decênio, através do II PND, para os setores de insumos básicos e bens de capital. A década de 1990 é marcada inicialmente pela participação das multinacionais na indústria de transformação, onde houve os maiores investimentos e, após o ano de 1994, houve aumento substancial dessas empresas no setor de serviços, notadamente os setores de telecomunicações e energia elétrica, atraídas pela política de desregulamentações e privatizações adotada pelo Governo.

O capítulo 4 respondeu à primeira questão formulada na introdução, e apresentou os fatores que determinaram o aumento do ingresso dos investimentos diretos externos no Brasil, sendo apontado o regime de crescimento econômico um dos determinantes da década de 1970, na medida que impulsionou indiretamente a produção de bens duráveis e outros, através do aumento da demanda interna por esses bens. Outro fator determinante foi a política de concessão de vantagens para as empresas estrangeiras que, quando não foram concedidas diretamente, não apresentaram obstáculos à entrada dessas empresas e seus investimentos no país. Para a década de 1990 os determinantes que diferenciaram esse período foram, inicialmente, as mudanças na política econômica, porque eliminaram antigas barreiras e restrições à entrada de capital externo, assim como promoveram a abertura comercial. Após o Plano Real, em 1994, a estabilização econômica deu maior credibilidade ao país, aquecendo também a demanda, e a adoção de legislação mais favorável às empresas estrangeiras contribuíram para o ingresso de IDE. Porém, o principal fator determinante foi a quebra do monopólio estatal em diversas áreas, levando a cabo o projeto de privatização de várias empresas públicas em setores antes

considerados estratégicos ao país. Nos dois períodos o fator em comum foi a elevação do fluxo internacional de investimentos diretos, alterando-se apenas a sua origem.

Finalmente, no capítulo 5 a análise recaiu sobre os impactos que os IDEs causaram na Balança de Pagamentos, respondendo a segunda questão proposta na introdução. Chegou-se à conclusão que os IDEs contribuíram para causar efeitos negativos na Balança de Pagamentos nos dois períodos, devido ao aumento das importações mais que proporcional ao aumento das exportações, pelo fato de que depois de instaladas, as empresas estrangeiras têm maior propensão a importar insumos básicos e equipamentos que as empresas nacionais, sendo a propensão a exportar praticamente a mesma para ambos os tipos de empresas. Na década de 1970 o aumento de importações e o refluxo de remessas ao exterior provocaram déficits nas transações correntes, financiados em parte pelo endividamento externo do Brasil. Na década de 1990 o expressivo déficit nas transações correntes foi em parte financiado pelo ingresso de IDE, mas como os dados mostraram, a maior parte dos investimentos veio por meio das privatizações, que deixaram a preocupação de que, num médio prazo, com a desaceleração desse processo, o aumento das remessas ao exterior efetivado pelas empresas estrangeiras, possa vir a causar dificuldades na Balança de Pagamentos.

Portanto, desconsiderando os efeitos sobre outras variáveis macroeconômicas, que não eram objeto deste trabalho, nas duas décadas estudadas o aumento do ingresso dos investimentos diretos externos contribuiu negativamente na Balança de Pagamentos do Brasil. Esse resultado demonstra que, não obstante a necessidade desse tipo de investimento para o país deve-se cobrar das multinacionais que aqui investem outros benefícios que compensem esses desequilíbrios causados na Balança de Pagamentos, como criação de empregos, investimentos sociais e para o meio ambiente e contribuição na difusão de tecnologia. A ação do governo no sentido de criar um protecionismo, mesmo que seletivo e temporário, poderia também fortalecer o mercado interno e tornar o país menos vulnerável e dependente do exterior.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Câmbio e capitais estrangeiros**. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>> Acesso em: 07 jul. 2005.

CARVALHO, J. L.; HADDAD, C. L. S. **Estratégias comerciais e absorção de mão-de-obra no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHUDNOVSKY, D. et al. **Investimentos externos no Mercosul**. Tradução cap. 1, 2 e 4, Zenaide R. da Silva. Campinas, SP: Papirus: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

CURADO, M. L. **Investimento estrangeiro direto e industrialização no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 1997.

CUTINI, J. C. **Impacto do investimento direto estrangeiro sobre o investimento total no Brasil**. Brasília. Escola de Administração Fazendária, 1981.

IBGE. **Contas nacionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 04 jul. 2005.

IPEA. **Indicadores IPEA**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 04 jul. 2005.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD M. **Economia internacional**. Teoria e política. 5 ed. Tradução: Celina M. R. Laranjeira. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

LANZANA, A. V. T. **Economia brasileira; fundamentos e atualidades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LESSA, C. **A estratégia do desenvolvimento, 1971/1976: sonho e fracasso**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

MONTORO FILHO, A. F. et al. **Manual de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

NONNENBERG, M. J. B. Determinantes do Investimento Externo no Brasil e a Importância das Multinacionais. In: IPEA. **Textos para discussão**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 07 jul. 2005.

POSSAS, M. L. Empresas multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 2 ed. São Paulo: Brasilienses, 1983.

RODRIGUES, H. **A política fiscal no Brasil entre 1992-1996**. Textos para discussão 33. UNESP. Departamento de Economia. São Paulo, 1998.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SALVATORE, D. **Economia internacional**. Tradução: Auripebo Berrance Simões. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

SERRA, J. **Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do Pós-Guerra**. Campinas, SP: Papyrus: Instituto de Economia da Unicamp, 1981.

SILVA, A. **Economia internacional: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1981.

VELLOSO, J. P. V. et al. **O real, o crescimento e as reformas**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1996.

ANEXO – CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES DA PAEP POR GRUPOS DE OPORTUNIDADE TECNOLÓGICA

Grupo 1

Fabricação de eletrodomésticos

Fabricação de máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos para processamento de dados

Construção, montagem e reparação de aeronaves

Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

Fabricação de equipamentos de instrumento médico hospitalar; de precisão e óticos; equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios.

Grupo 2

Fabricação de produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos

Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão

Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral

Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais

Fabricação de máquinas e ferramentas

Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de extração mineral e construção

Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso específico

Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos

Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica

Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados

Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos

Fabricação de lâmpadas e equipamentos de iluminação

Fabricação de material elétrico para veículos exclusive baterias

Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos

Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários

Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores

Construção e reparação de embarcações

Fabricação de outros equipamentos de transporte

Grupo 3

Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Edição, impressão e reprodução de gravações

Fabricação de produtos químicos inorgânicos

Fabricação de produtos químicos orgânicos

Fabricação de resinas e elastômeros

Fabricação de produtos farmacêuticos

Fabricação de defensivos agrícolas

Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e artigos de perfumaria

Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins

Fabricação de produtos e preparados químicos diversos

Fabricação de artigos de borracha e plásticos

Fabricação de vidro e de produtos de vidro

Fabricação de cimento e de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque

Fabricação de produtos cerâmicos

Aparelhamento de pedras e fabricação de cal e de outros produtos de minerais não-metálicos

Metalurgia básica

Grupo 4

Laticínios

Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais

Fabricação de outros produtos alimentícios

Fabricação de bebidas

Fiação

Confecção de artigos do vestuário e acessórios

Fabricação de móveis e indústrias diversas